

MESTRADO DE SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ORDENAMENTO E
DESENVOLVIMENTO: O
CASO DOS PARQUES
EMPRESARIAS EM
GONDOMAR
Ana Rei

M

2017



Ana Catarina dos Santos Rei

**Ordenamento e desenvolvimento: o caso dos parques empresariais
de Gondomar**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica
e Ordenamento do Território, orientado pelo Professor Doutor José Alberto Vieira Rio
Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2017

Ordenamento e desenvolvimento: o caso dos parques empresariais de Gondomar

Ana Catarina dos Santos Rei

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica
e Ordenamento do Território, orientado pelo Professor Doutor José Alberto Vieira Rio
Fernandes

Membros do Júri

Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Helena Cristina Fernandes Ferreira Madureira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

*Dedico à minha família,
Aos meus pais, irmã e namorado.*

Ao meu avô.

Sumário

Agradecimentos	9
Resumo	10
Abstract	11
Índice de Figuras	12
Índice de Quadros	13
Índice de Tabelas	14
Índice de Gráficos	15
Lista de Abreviaturas e Siglas	16
Introdução	17
Capítulo 1. – Local de Estágio	18
Capítulo 2. – Enquadramento Teórico.....	20
2.1. Introdução	20
2.2. Áreas de Acolhimento Empresarial em Portugal	22
2.3. Tipologia das Áreas de Acolhimento Empresarial.....	25
2.4. Valências das Áreas de Acolhimento Empresarial	27
Capítulo 3. – Gondomar: enquadramento geográfico	30
3.1. Localização	30
3.2. População	32
3.3. Estrutura económica	34
Capítulo 4. – Tecido Empresarial	38
Capítulo 5. – Áreas de Acolhimento Empresarial em Gondomar	45
5.1. Espaços de Atividades Económicas.....	45
5.1.1. Portelinha	51
5.1.2. Mimosas	54
5.1.3. Medancelhe	56
5.1.4. Baguim do Monte	58
5.1.5. Restantes Zonas Industriais	60
5.2. Empresas Exteriores aos Espaços de Atividades Económicas	63
5.3. <i>Webmap</i> interativo.....	65
Capítulo 6. – Propostas.....	68
6.1. Grupo de Trabalho	68
6.2. <i>Website</i>	69
6.3. Transportes coletivos.....	69

6.4. Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas	70
Conclusão.....	78
Referências Bibliográficas	79
Anexos	82

Agradecimentos

Com o fim da caminhada académica, com o concluir de mais uma etapa da minha vida, emerge o sentimento de nostalgia e o de agradecimento a todas as pessoas que me acompanharam ao longo destes anos, sobretudo este final, que me deram força e coragem para alcançar os meus objetivos.

O primeiro agradecimento vai para os meus quatro pilares, pai, mãe, irmã e namorado. Foram incansáveis durante todos estes anos, foram o meu porto de abrigo. As palavras de força e carinho nunca serão esquecidas, o meu MUITO OBRIGADA!

Agradeço a toda a minha família e amigos por todo apoio e ajuda prestado ao longo do meu percurso. Um obrigado especial por toda a colaboração neste último ano à Beatriz Alves, à Cristina Rocha, ao Delfim Santos e ao Silvino Paiva.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Rio Fernandes e Dr. Carlos Brás, o meu agradecimento, por terem acreditado em mim, nas minhas capacidades para avançar com este trabalho, por todo o apoio e colaboração.

Agradeço à Eng. Rosa Maria, à Dra. Sónia, ao Dr. Bruno, à Cristina e à Susana a maneira como me acolheram no estágio, a ajuda dada e todos os ensinamentos passados.

Ao corpo docente da Licenciatura de Geografia e Mestrado de Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por toda a minha formação académica.

Estou eternamente grata a todos que caminharam comigo ao longo destes anos.

Resumo

O presente relatório de estágio é consequência do trabalho realizado na Divisão do Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Gondomar. Desta forma, o relatório tem como intuito dar a conhecer o tecido empresarial e os Espaços de Atividades Económicas presentes no concelho.

Gondomar reparte-se em duas unidades territoriais distintas: o Baixo Concelho e o Alto Concelho, que, com características díspares quanto à sua fisiografia e densidade populacional, influenciam a distribuição do tecido empresarial. O Baixo Concelho concentra grande parte das empresas e dos Espaços de Atividades Económicas, contrariando a realidade vivenciada no Alto Concelho.

As áreas de acolhimento empresarial evoluíram ao longo dos anos, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pela inovação, porém, esta evolução não se observou no Município de Gondomar, onde os Espaços de Atividades Económicas são caracterizados por infraestruturas envelhecidas com condições, muitas das vezes precárias, tornando-se um entrave à captação de novos investimentos.

Como forma de colmatar as lacunas existentes, desenvolveram-se quatro propostas com o propósito de potencializar o tecido empresarial Gondomarense e tornar mais atrativos os Espaços de Atividades Económicas.

Palavras-chave: Município de Gondomar, Áreas de Acolhimento Empresarial, Ordenamento do Território, Tecido Empresarial

Abstract

This report of the stage is a consequence of the work carried out in the Division of Economic Development of the City Council of Gondomar. In this way, the purpose of the report is to make known the business fabric and the Economic Activity Spaces presents on the county.

Gondomar is divided into two distinct territorial units: the Lower County and the Upper County, which, with disparate characteristics regarding their physiography and population density, influence the distribution of the business fabric. The Lower County concentrates great part of the companies and the Spaces of Economic Activities, contradicting the reality lived in the Upper County.

The areas of business reception have evolved over the years, driven by technological advances and innovation, however, this evolution was not observed in the Municipality of Gondomar, where the Spaces of Economic Activities are characterized by aging infrastructures with conditions, often precarious, becoming an obstacle to attracting new investments.

As a way to bridge the existing gaps, four proposals were developed with the purpose of boosting Gondomarenses' business fabric and making Spaces for Economic Activities more attractive.

Keywords: Municipality of Gondomar, Business Reception Areas, Territory Planning, Business Fabric

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento Geográfico do Município de Gondomar	30
Figura 2 - Unidades Territoriais do Município de Gondomar	32
Figura 3 - Empresas por concelho	35
Figura 4 - Representação dos espaços de concentração de grandes unidades económicas	47
Figura 5 - Representação do espaço de atividade económica da "Portelinha"	51
Figura 6 – Espaços de armazenagem industrialização e comercialização na "Portelinha"	52
Figura 7 - Representação do espaço de atividade económica das "Mimosas"	54
Figura 8 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica das "Mimosas"	54
Figura 9 - Representação do espaço de atividade económica de "Medancelhe"	56
Figura 10 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica de "Medancelhe"	57
Figura 11 - Representação do espaço de atividade económica de "Baguim do Monte"	58
Figura 12 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica de "Baguim do Monte"	59
Figura 13 - Empresas exteriores aos Espaços de Atividades Económicas	64
Figura 14 - Página inicial do webmap interativo	66
Figura 15 - Demonstração das áreas empresariais no webmap	66
Figura 16 - Demonstração da ocupação no webmap	67
Figura 17 - Demonstração da ocupação de empresas no webmap	67
Figura 18 - Enquadramento do Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas	71
Figura 19 - Delimitação do Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas	72
Figura 20 - Representação das condicionantes	73
Figura 21 - Proposta N°1 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas	75
Figura 22 - Proposta N°2 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas	76
Figura 23 - Proposta N°3 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas	77

Índice de Quadros

Quadro 1 - Etapas a percorrer na construção de uma AAE	27
Quadro 2 - Valências das AAE	48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Fatores preponderantes à atividade industrial	28
Tabela 2 - População Residente no Município de Gondomar	33
Tabela 3 - População Residente nos concelhos adjacentes	33
Tabela 4 - Estatísticas populacionais	37
Tabela 5 - Número de Sociedades	39
Tabela 6 - Discriminação dos lotes existentes no município.....	50
Tabela 7 - Acessibilidades a partir da EAE da “Portelinha”	53
Tabela 8 - Acessibilidades a partir da EAE das “Mimosas”	55
Tabela 9 - Acessibilidades a partir da EAE de “Medancelhe”	57
Tabela 10 - Acessibilidades a partir da EAE de “Baguim do Monte”	59
Tabela 11 - Acessibilidades a partir do EAE das Covelo-Medas.....	73
Tabela 12 -Distribuição dos lotes no Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas	74

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto.....	36
Gráfico 2 - Duração Média dos Movimentos Pendulares	36
Gráfico 3 - Densidade das Empresas	38
Gráfico 4 - Empresas por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014).....	40
Gráfico 5 - Volume de Negócios por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014) ..	41
Gráfico 6 - Pessoal ao serviço por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014)	42
Gráfico 7 - Número de empresas por Escalão de pessoal ao serviço (2013).....	43
Gráfico 8 - Percentagem de população ativa a trabalhar no município de Gondomar	43

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAE – Área de Acolhimento Empresarial

ALE – Área de Localização Empresarial

ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CMG – Câmara Municipal de Gondomar

DDE – Divisão do Desenvolvimento Económico

EAE – Espaços de Atividade Económica

EN – Estrada Nacional

ETG – Empresa de Transportes Gondomarense, Lda.

EUA – Estados Unidos da América

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PCT – Parque de Ciência e Tecnologia

PDM – Plano Diretor Municipal

PME – Pequenas e Médias Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

ZER – Zonas Empresariais Responsáveis

Introdução

De acordo com o plano curricular do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, o último ano conclui-se após a elaboração de uma dissertação de natureza científica, trabalho de projeto, ou relatório de estágio. O relatório de estágio foi a unidade curricular escolhida, tendo sido elaborado em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre.

O estágio iniciou-se no dia 24 de outubro de 2016 e terminou no dia 5 de maio de 2017, sendo a sua duração de cerca de 8 meses, perfazendo um total de 500 horas. Realizou-se na Câmara Municipal de Gondomar, mais concretamente na Divisão do Desenvolvimento Económico (DDE). O orientador por parte da instituição foi o Vereador da Divisão do Desenvolvimento Económico (DDE), Dr. Carlos Brás e o orientador por parte da Faculdade de Letras foi o Prof. Dr. José Alberto Rio Fernandes.

O intuito do estágio prendeu-se com a elaboração de um estudo detalhado sobre os espaços de atividades económicas presentes no Município de Gondomar, incluindo todo o setor empresarial, com especial atenção a médias e grandes empresas. Para além disso, participei em ações desenvolvidas pela Divisão do Desenvolvimento Económico, destacando o projeto “Neste Natal Compre + Local”.

De uma forma breve, o relatório de estágio centra-se em três principais tópicos. O primeiro passa pela perceção do que são as áreas de acolhimento empresarial, o segundo compreende o estudo realizado aos espaços de atividades económicas e setor empresarial, constituindo o tema central de todo o relatório, e por último, o terceiro tópico diz respeito às propostas a implementar num futuro próximo.

Capítulo 1. – Local de Estágio

A Divisão do Desenvolvimento Económico, domínio anteriormente dependente de outras divisões, passou a constituir pelouro próprio neste último mandato (desde 2013), encontrando-se no edifício do Parque Tecnológico de Gondomar, designado também por Gondomar GoldPark, sendo a divisão apenas constituída por três elementos: uma chefe, uma técnica superior e uma técnica assistente.

A DEE apresenta como principais objetivos: apoiar os empresários, divulgar informação do foro empresarial, e conseqüentemente económico, assim como prestar auxílio nas mais variadíssimas questões. O Gabinete do Empresário integra-se nesta divisão. Segundo documento da Câmara Municipal de Gondomar, esta “...tomou a iniciativa de criar este Gabinete, com o objetivo de prestar um melhor apoio ao Empreendedor e ao Empresário que desenvolve a sua atividade no nosso Concelho.” (Câmara Municipal de Gondomar [CMG]). Em parceria com a ANJE promove iniciativas enriquecedoras para os empresários localizados em Gondomar, nomeadamente ações de formação.

O Parque Tecnológico é o local ideal para a integração desta divisão, uma vez que funciona como centro de incubação de empresas, tendo já três incubadas, usufruindo de todos os apoios que a divisão e os seus parceiros oferecem. O parque está também dotado de infraestruturas de apoio aos empresários gdomarenses, disponibilizando salas de reuniões, assim como outras infraestruturas que podem ser requisitadas. Para além das iniciativas descritas, há duas que se destacam pelo seu grau de importância na aproximação da instituição (Câmara Municipal de Gondomar) aos empresários gdomarenses.

A primeira iniciativa designa-se por “Neste Natal Compre + Local” e apoia a compra no comércio local, ou seja, em concreto, ao se comprar nos estabelecimentos gdomarenses e atingindo um montante superior a 24€, sendo estes cumulativos, os consumidores têm direito a um cupão, habilitando todos os cupões a ganhar prémios num sorteio final, os quais incluem prémios também para os estabelecimentos com maior rácio de atribuição de cupões.

A segunda iniciativa designa-se de ExpoGondomar, que consiste na apresentação

e demonstração dos produtos das empresas que se inscreveram no evento. A ExpoGondomar aparece de forma a substituir a antiga AgroIndústria, com o mesmo propósito que visa apresentar e promover o trabalho efetuado em Gondomar. Como refere Carlos Brás, vereador do Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo, “tenho verificado que temos boas empresas, mas que estão viradas para a outros mercados, muitas delas para a exportação, e que têm pouca relação com a comunidade onde estão inseridas. Assim sendo, tornou-se evidente que uma exposição desta natureza vai permitir aos gondomarenses recuperar um bocadinho de orgulho na sua terra, porque fazem-se coisas de excelência em Gondomar”, ao jornal local, Vivacidade.

Capítulo 2. – Enquadramento Teórico

2.1. Introdução

“A ocupação e uso do território para atividades humanas levantou desde sempre problemas de diversa ordem, assumindo particular relevância a questão da aptidão dos espaços. Com efeito, constata-se frequentemente uma distorção, leia-se anacronismo, entre as necessidades da sociedade (ser) e a aptidão do território (forma)”, (Ramos, 2000, p. 23).

A Revolução Industrial afirmou a importância da produção industrial na economia e na sociedade e despoletou o interesse no seu estudo. Múltiplos foram os autores que se prestaram ao estudo da localização industrial, realçando-se entre estes Alfred Weber e August Lösch. O primeiro, em 1909, determinou o ponto chave para a localização industrial, diminuindo os custos dos transportes. Pretendia definir o local ideal a implementar uma empresa, tendo em conta a localização das matérias-primas e os mercados consumidores.

The economic causes determining the location of an industry seem to be a network of complex, diverse elements, often in individual instances so arbitrarily, or at least incidentally, composed that there appears to be no place for more than an analysis of the individual case/ It seems impossible to make any general statement for most industries concerning the places to which their factories must go or concerning the causes upon which their locations depend. (Weber, 1909, p. 57).

August Lösch, em 1940, desenvolveu a sua teoria da localização industrial direcionada para a maximização do lucro. Este objetivava clarificar que os custos variam em conformidade como processo seja desenvolvido a partir do empresário ou do sistema global. Propondo que a organização das indústrias surgisse de acordo com o tipo de atividade e o tamanho do mercado consumidor (Fonseca, 2013).

De acordo com Beyard (1988), o conceito das atuais AAE evoluiu no decorrer dos últimos 90 anos, sobretudo na Europa e nos EUA. Na Europa as primeiras AAE

ergueram-se no Reino Unido, mais concretamente em Gateshead, no Northumberland, na década de 1930, aquando o *crash* da bolsa nova-iorquina, com o objetivo de combater a grave crise económica vivida (Bruxelas et al., 1973; UKDA, 1986; Gama, 2002; citados por Ramos e Fonseca, 2010). As AAE primeiramente instalaram-se nos países considerados desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, sendo mais tarde, a partir da década de 70, instaladas nos países em desenvolvimento. Os estados intervieram na promoção e na administração das AAE, criando agências estatais, como é o caso da Industrial Estates Corporation e da Bora of Trade, no Reino Unido, uma vez que as primeiras foram promovidas por iniciativa privada (Ramos e Fonseca, 2010).

No final do segundo milénio, a visão da economia e da vida social sofreu alterações, já que “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.” (Castells, 2000, p.40).

Uma nova realidade no setor empresarial e na sua localização emergiu com a globalização ao longo das últimas décadas. Um maior fluxo de bens, de capital e grande avanço na tecnologia levou ao aparecimento de novos conceitos, surgindo a nível mundial diversos *clusters* a par da internacionalização das empresas.

Os *clusters* oferecem, desde a fase inicial de uma empresa, um ambiente comercial favorável, promovendo a cooperação e também a concorrência entre empresas de diferentes princípios empresariais ou tecnológicos. Aliam-se por vezes a empresas inovadoras, universidades e institutos de investigação (European Cluster Observatory, 2012). Os *clusters* de alta tecnologia são os mais atrativos, dado que estes albergam empresas principalmente focadas na tecnologia da informação e comunicação (TIC), tecnologia ótica, tecnologia biológica, nanotecnologia, entre outros (Manning, 2013).

Também o desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica conduziu a um novo conceito de localização industrial, valorizando a “*Locational Intelligence*”. A tecnologia, os sistemas de informação geográfica e outras “aplicações inteligentes”,

aproximaram as empresas na tomada de resoluções estratégicas empresariais independentemente da sua proximidade geográfica (Moreira, 2014).

Silicon Valley é um exemplo desta nova realidade, uma vez que se voltou para o dinamismo económico e para a exuberância intelectual. Situado a sul da Baía de São Francisco, nos Estados Unidos da América, alberga algumas das principais empresas mundiais ligadas à alta tecnologia e capital de risco, inspirando numerosos países a investir na inovação tecnológica.

Na Índia, mais concretamente na cidade de Bangalore, a grande proporção do investimento estatal foi direcionada para as tecnologias de informação, dividindo-se em dois *clusters* principais: Whitefield e Electronic City. A semelhança de crescimento a Silicon Valley foi de tal ordem que esta área passou a ser designada como Silicon Valley da Índia.

O Estado de Israel deu também um grande impulso ao crescimento e desenvolvimento económico. Em 1994, o governo financiou em 26,1% todas as atividades de pesquisa e desenvolvimento civil (Teubal, 1993; Ashcroft et al., 1995; citado por Wonglimpiyarat, 2016, p. 83).

Entre tantos exemplos na Europa, alguns autores sublinham a especialização da Área Metropolitana de Bratislava, na Eslováquia, onde a indústria automobilística veio impulsionar a economia da região e do país a nível mundial, sendo reconhecida como a Detroit do Oriente.

2.2. Áreas de Acolhimento Empresarial em Portugal

Em Portugal as AAE desenvolveram-se tardiamente em relação à restante Europa. A primeira legislação direcionada apenas para a localização industrial surgiu na década de 70, com a Lei nº3/72 e o Decreto-Lei nº133/73. Este refere que “a criação de parques industriais se tem revelado, em países com os mais diversos níveis de desenvolvimento, um eficaz instrumento de realização de certos objetivos de política industrial, nomeadamente no terreno das pequenas e médias empresas. Mostra ainda a experiência que eles podem igualmente servir outros objetivos de mais largo âmbito, pelo contributo que trazem ao ordenamento do espaço urbano e à promoção do desenvolvimento

regional”. Também designa como parque industrial “uma aglomeração planeada de unidades industriais cujo estabelecimento visará objetivos de fomento industrial”, pretendendo definir os serviços e as infraestruturas a conter nos parques empresariais, tais como, rede rodoviária; redes de abastecimento de água, eletricidade e combustíveis; sistema de saneamento; rede de telecomunicações; serviço de promoção industrial e apoio ao investidor; serviços sociais (creches, cantinas e postos de assistência médica); serviços de apoio técnico (oficinas e armazéns); serviços de segurança; e serviços de apoio financeiro e administrativo. A regência dos parques dinamizava-se de forma a dispor de um “órgão próprio, responsável pelo cumprimento das disposições e normas aplicáveis, bem como pela manutenção do parque e funcionamento dos respetivos serviços e instalações”.

Em 2001 o Decreto-Lei nº46/2001, de 10 de fevereiro, expõe um novo conceito, o de Área de Localização Empresarial (ALE). Segundo este, a ALE é uma “zona territorialmente delimitada e vedada licenciada para a instalação de determinado tipo de atividades industriais, podendo ainda integrar atividades comerciais e de serviços, administrada por uma sociedade gestora”. As questões ambientais e de saúde estão já presentes no novo decreto, “uma otimização de recursos, através da utilização comum das infraestruturas, viabilizando desta forma, designadamente, a promoção da eficiência energética, bem como a qualidade do ambiente e da saúde pública”. Em 2003, o Decreto-Lei nº70/2003, de 10 de abril, refere que o anterior decreto-lei não tinha sido implementado até à data, considerando-o “inadequado e inexecutável”. De forma a promover as ALE, o novo decreto menciona “as ALE multipolares” e, como incentivo à sua execução, propõe que estas serão “formadas por um conjunto de polos empresariais localizados em espaços territoriais não conexos, mas funcionalmente ligados entre si, e geridos pela mesma sociedade gestora”.

O Decreto-Lei nº72/2009 de 31 de março revogou o anterior decreto-lei relativo às ALE, considerando que os parâmetros definidos não eram atrativos à constituição de uma sociedade gestora de ALE, considerando que a simplificação do licenciamento das empresas teria sido vantajosa na implementação das mesmas. O novo diploma inclui medidas do Programa Simplex (Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa),

considerado como fator fundamental para o sucesso das ALE.

Em 2012, com o propósito de conceber o Sistema da Indústria Responsável, o Governo elaborou o Decreto-Lei nº 169/2012 em que “regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis”. Este diploma define os parâmetros das Zonas Empresariais Responsáveis (ZER): para a “criação de áreas territorialmente delimitadas, dotadas de infraestruturas e pré-licenciadas, as ZER, que passam a permitir a localização simplificada, célere e menos onerosa de novas indústrias, numa lógica «chave-na-mão», contribuindo assim para um correto ordenamento do território nacional.” Este decreto-lei sofreu modificações com a aprovação do Decreto-Lei nº73/2015, em que o objetivo é “criar um novo quadro jurídico para o setor da indústria, capaz de atrair novos investimentos bem como gerar novos projetos para as empresas já estabelecidas, diminuindo o espaço temporal que medeia entre a oportunidade de mercado e a disponibilização efetiva do produto industrial”, com “...redução e eliminação de formalidades, simplificando a instalação e exploração dos estabelecimentos industriais”.

Os municípios foram as entidades que mais cooperaram no desenvolvimento das áreas de implantação industrial, resultado das várias competências que exercem no domínio do ordenamento do território, nomeadamente em “termos da fixação dos critérios de localização e distribuição das atividades industriais e na classificação do solo para utilização industrial (Decreto-Lei nº69/90, de 2 de março; Decreto-Lei nº380/99, de 22 de setembro)” (Fonseca, 2013). As gestões autárquicas utilizaram os PDM’s para delimitarem as áreas industriais, ainda que se possa considerar que a oferta das zonas industriais não foi a mais adequada, havendo diversas zonas ao abandono devido a uma fraca qualificação de serviços e infraestruturas, verificando-se em contrapartida a instalação de unidades fabris em lugares fora dos perímetros industriais.

Nos últimos anos têm emergindo no território nacional aglomerações empresarias com elevada incorporação de inovação e tecnologia, como é o caso do Parque de Ciência e Tecnologia. Segundo a TecParques (Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia), criada em 1999, existem vinte e um PCT em Portugal, dos quais o primeiro terá sido o LISPOLIS, em 1991.

O Taguspark é o maior e mais relevante. Edificado em 1995 no concelho de Oeiras, na área da Grande Lisboa, “beneficia o crescimento de empresas através de capital de risco, privilegiando o acesso a PME’s orientadas para a inovação e atividades de base tecnológica, com especial vocação para áreas científico-tecnológicas como as Tecnologias da Informação, as Telecomunicações, a Eletrónica e Multimédia” (Agostinho, 2008, p.103).

A Tecmaia, de iniciativa público-privada, foi o primeiro grande PCT instalado na Área Metropolitana do Porto, no concelho da Maia, em 1999 e direciona-se para empresas vocacionadas na ciência e na tecnologia.

Alguns dos PCT surgiram como forma de usufruir de instalações empresariais abandonadas, como é o caso da Tecmaia, assim como do Parque Tecnológico da Mutela.

Numa outra perspetiva de áreas de localização empresarial, destaca-se uma iniciativa intermunicipal, no Quadrilátero Urbano que engloba os municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, onde se fomenta a oferta de área industrial, importante a nível regional e nacional.

2.3. Tipologia das Áreas de Acolhimento Empresarial

O conceito de AAE sofreu alterações. Inicialmente, estas eram concebidas para as indústrias, sobretudo as transformadoras, em que por vezes existiam apenas infraestruturais básicas. Com a evolução do setor empresarial, as AAE foram obrigadas a inovar as suas infraestruturas, assim como as suas valências, disponibilizando espaços com avançados serviços de informação e tecnologia, apoio à logística e à armazenagem (Beyard, 1988 citado por Ramos e Fonseca, 2010).

Segundo o Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2011, existem oito tipos de AAE, sendo eles: zona ou parque industrial, parque comercial, centro de escritórios, parque empresarial, parque de distribuição, incubadora de empresas, *business & innovation centre* e parque de ciência e tecnologia, em que as valências de cada AAE diferem de acordo com cada tipo de área empresarial.

As zonas ou parques industriais são o modelo mais convencional. Este tipo manifesta-se através de políticas públicas que pretendendo organizar ou responder à

procura de solo industrial, levam à disponibilização de lotes devidamente infraestruturados ou apenas lotes delimitados sem infraestruturas. Há autores que diferenciam a zona industrial de parque industrial, referenciando que o primeiro conceito é um “espaço, que estando livre de qualquer uso ou atividade, se encontra reservado para a instalação de indústrias, não possuindo qualquer tipo de infraestruturas, pelo que não está ordenado”. (Gama, 1999, citado por Jeremias, 2012, p. 6). Quanto aos parques industriais, estes devem encontrar-se devidamente infraestruturados, ordenados e preparados para acolher empresas.

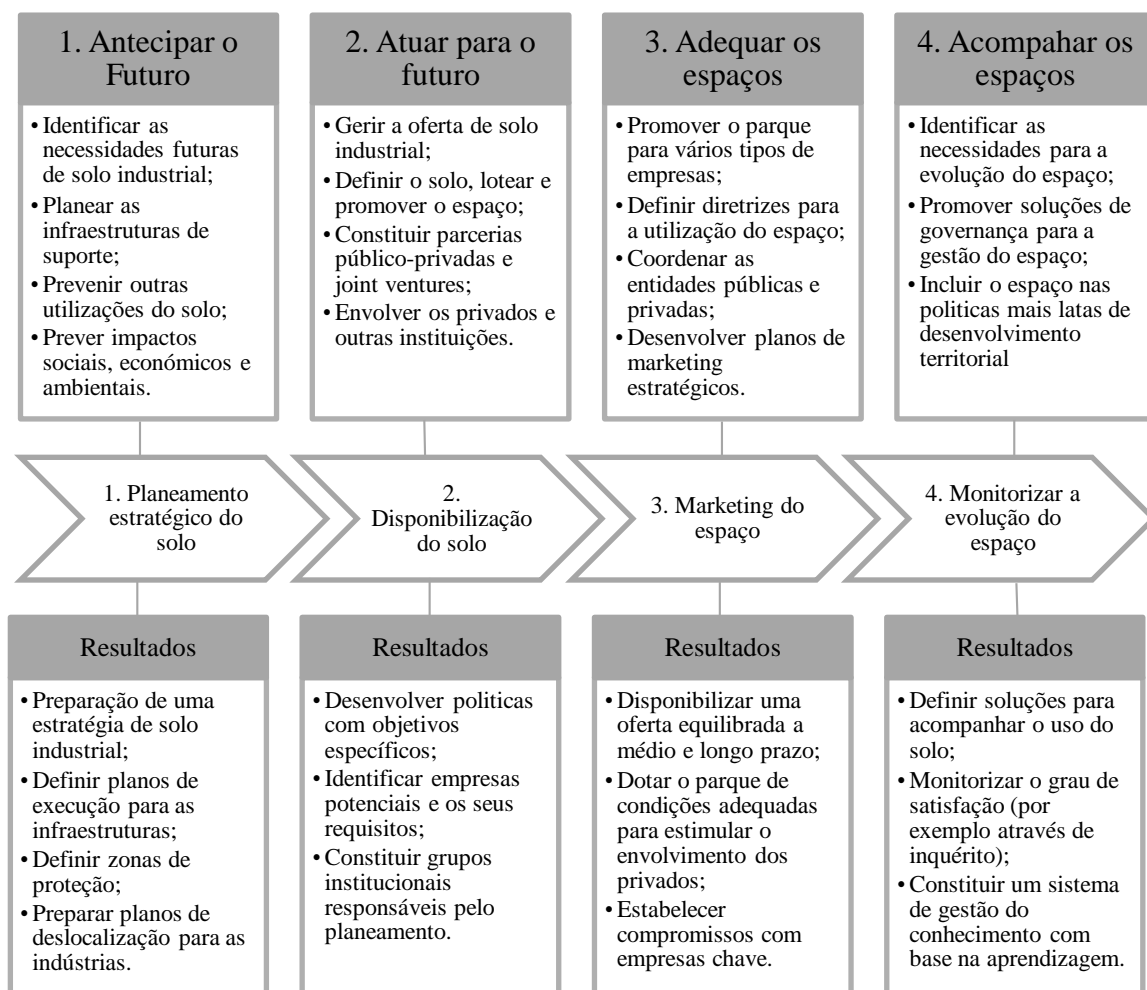
Parques comerciais e centros de escritórios são dois tipos similares aos anteriores, no que respeita à gestão imobiliária e aos objetivos de zonamento. A primeira mostra-se vocacionada para a instalação de superfícies comerciais de grande e média dimensão, encontrando-se sobretudo na periferia dos aglomerados urbanos; a segunda disponibiliza espaços de melhor qualidade para centros de serviços e localiza-se em contexto urbano.

Os parques empresariais, localizados nas periferias, regra geral, para além das infraestruturas básicas, surgem com uma série de valências de serviços de apoio à gestão, procurando espaços com boas acessibilidades e transportes públicos. Albergam, sobretudo, atividades de média e alta intensidade tecnológica. Os parques de distribuição, especializados em atividades de distribuição e logística, são quase como uma subcategoria. A sua localização tem como fator determinante a acessibilidade a grandes eixos viários e aos mais diversos meios de transporte.

Os últimos três tipos (incubadoras de empresas, *business & innovation centres* e parques de ciência e tecnologia) são as menos frequentes no território nacional, contudo, são as que envolvem um maior teor tecnológico. As incubadoras de empresas e os *business & innovation centres* são bastante análogos, uma vez que promovem o empreendedorismo através da promoção de *start-ups* e são suportados, sobretudo, por uma ou várias instituições, podendo localizar-se em centros urbanos, em parques empresariais ou em parques de ciência e tecnologia. Entende-se por parque de ciência e tecnologia as aglomerações de empresas vocacionadas para a alta tecnologia, em que muitas vezes constituem parcerias com autarquias, universidades, instituições e o estado.

2.4. Valências das Áreas de Acolhimento Empresarial

Considera-se atividade industrial, segundo Carmona (2008, p.11) “toda a atividade que envolva a transformação de matérias-primas em produtos finais, com recurso ao consumo de energia e à utilização de mão-de-obra, geralmente, suscetível de produzir impactes no meio ambiente”. A localização, segundo Ramos (2000, p. 54) é “o elemento que, entrando nos cálculos da empresa, permite a diferenciação do espaço. Para cada período, para cada país, diferentes elementos poderão desempenhar papéis diferentes. Não existe portanto uma resposta universal para o problema da hierarquização dos fatores de localização”. De acordo com o autor, os fatores não poderão ser hierarquizados, mas alguns destacam-se pela importância que revelam aquando a criação das AAE.



Fonte: Mazzarol et al., 2009; retirado de Fonseca, 2013

Quadro 1 - Etapas a percorrer na construção de uma AAE

Como “o êxito de um parque empresarial depende do sucesso das empresas aí instaladas. Por este motivo, o papel principal de um parque é criar uma infraestrutura e um ambiente que ofereça vantagens competitivas às empresas” (Hauser, 2006, citado por Pereira e Sarmiento, 2011, p.150).

A escolha da localização industrial resulta de uma análise multicritério de fatores relevantes aquando a prospeção de uma AAE, segundo Ramos (2000), enaltecendo os mais significativos: as acessibilidades e transportes, as proximidades às matérias primas, a mão-de-obra, a proximidade ao mercado consumidor, a que se somam a “existência de um meio industrial”, as infraestruturas e o capital.

As acessibilidades e os custos dos transportes sempre influenciaram a localização das indústrias, pelo que estas surgiram na envolvente de terminais ferroviários, portuários e rodoviários, o que facilitava o transporte de matérias primas, fazendo com que a aproximação ao consumidor final redobre, uma vez que “a existência de um mercado consumidor é a razão de ser de qualquer indústria, pelo que este continua a ser um dos fatores mais determinantes e ponderados na decisão de localização” (Fernández e Ruiz, 2009; citados por Fonseca, 2013). Atualmente, a visão do mercado consumidor é diferente, com a melhoria dos transportes e a vulgarização do transporte aéreo de mercadorias, fazendo com que o mercado consumidor se possa encontrar a milhares de quilómetros de distância sem aumento significativo do custo do transporte. Ao contrário, a disponibilidade de mão-de-obra adquiriu importância, particularmente se pensarmos nas indústrias transformadoras mão-de-obra intensivas e que praticam salários relativamente baixos.

Descrição	Distância_{max.} (km)
Proximidade a estradas da rede principal	3.49
Proximidade a terminal ferroviário de carga	20.08
Proximidade a nós de autoestrada	27.36
Proximidade a porto marítimo	51.91
Proximidade a aeroporto com terminal de carga	69.90

Fonte: baseado em Ramos e Mendes, 2001
Tabela 1- Fatores preponderantes à atividade industrial

A “existência de um meio industrial”, as infraestruturas e até mesmo o capital diversificam-se de empresa para empresa, tendo cada uma características únicas, valorizando os diversos fatores com pesos diferentes, dependendo da atividade industrial desenvolvida. A “existência de um meio industrial”, como refere Ramos (2000, p.82), é essencial na instalação de uma empresa, uma vez que, a empresa não necessita apenas de estabelecer relações com os seus fornecedores e com o consumidor final, necessita também de “uma vasta quantidade de produtos semielaborados e serviços subsidiários” ao longo de toda a produção. No que diz respeito às infraestruturas, estas condicionam a escolha das empresas por variadíssimos fatores: “cada fábrica possui necessidades específicas quanto a acessos rodoviários, ligações ferroviárias, necessidades de alimentação elétrica de alta tensão ou de água em grandes quantidades para sistemas de refrigeração”, sendo que, cada empresa privilegia locais com infraestruturas compatíveis com as suas necessidades, apresentando ser este um fator determinante aquando a localização industrial. Por fim, o capital, é a base de todas as empresas. Por mais que um local seja atrativo e adequado à instalação de uma empresa, esta será sempre dependente da capacidade financeira, podendo perscrutar a incentivos externos, tais como os fundos comunitários.

Atualmente, as AAE ocupam as periferias dos aglomerados urbanos em áreas atrativas à instalação industrial, capazes de estimular o crescimento económico, seguindo regras de uso do solo, coadjuvando na proteção do ambiente (Fonseca, 2013). A separação das áreas residenciais das áreas industriais trouxe inúmeros benefícios a ambas: a residencial, permite uma melhor qualidade de vida da sua população, afastando de si os fumos, ruídos e tráfego que advém das áreas industriais; a industrial vê os seus espaços equipados com melhores infraestruturas e acessibilidades, assim como melhor capacidade de expansão. As novas distribuições do espaço estão interligadas com as políticas de ordenamento do território, que cada vez mais enaltecem a sua importância, quer pelo seu peso em promover uma ocupação mais racional, quer seja por um uso do solo mais sustentável; assim como as preocupações com o meio ambiente e a saúde pública revelaram-se fatores determinantes nas novas distribuições (Ramos e Fonseca, 2010).

Capítulo 3. – Gondomar: enquadramento geográfico

3.1. Localização

Gondomar, município incluído na Região Norte (NUTS II) e no Grande Porto (NUTS III), possui cerca de 168 000 habitantes no seu território (Censos 2011), distribuídos por 131,86 km². O município enquadra-se também na Área Metropolitana do Porto, ocupando 6,46% do seu território. Sofreu alterações na distribuição das freguesias, com a união das mesmas aquando a reestruturação nacional, passando de 12 para um total de 7. O concelho é limitado a sul por Santa Maria da Feira e Arouca, a sudoeste por Vila Nova de Gaia, a oeste pelo Porto, a noroeste pela Maia, a nordeste por Valongo e Paredes e a Sudeste por Penafiel e Castelo de Paiva.

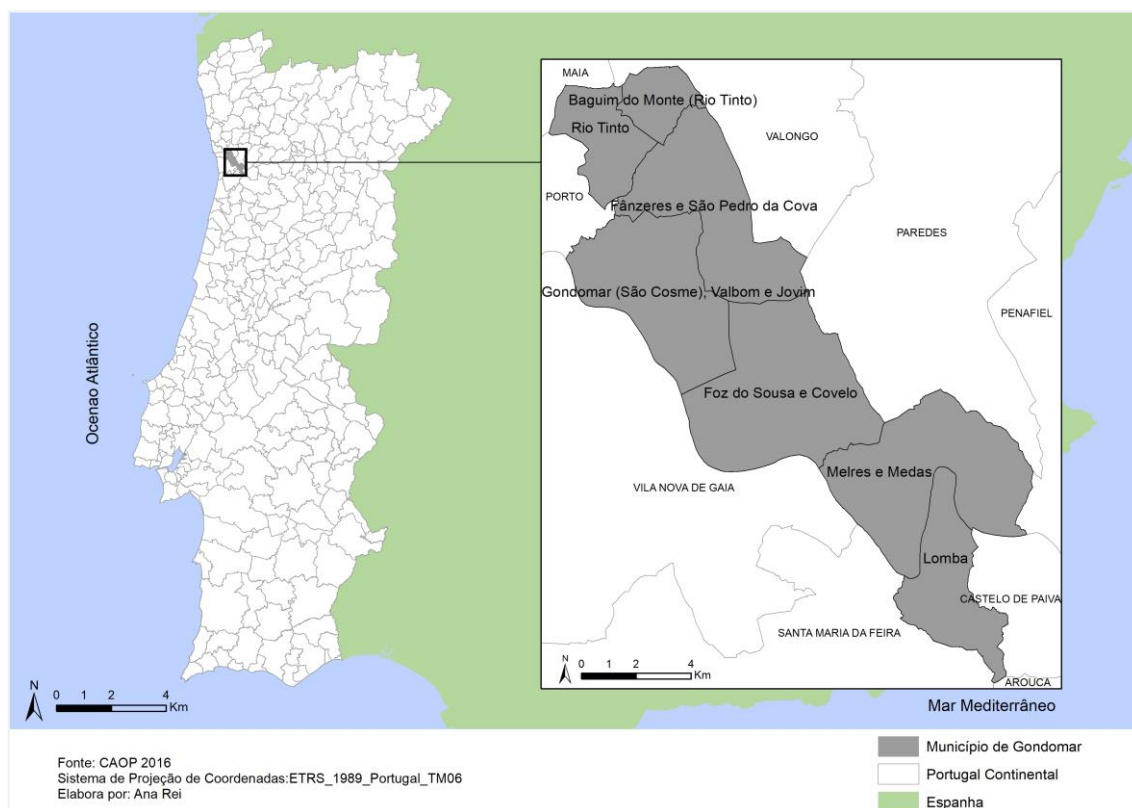


Figura 1- Enquadramento Geográfico do Município de Gondomar

Percorrendo o concelho apercebemo-nos da existência de duas unidades territoriais com características geográficas bem distintas. Como é referido no Plano Diretor Municipal, as denominações destas unidades são explicadas pelas condições fisiográficas das mesmas. O Alto Concelho, predominantemente rural, localiza-se na área mais declivosa do município, no quadrante sudeste, com declives que podem ser superiores a 16%, ocupando a maior percentagem territorial do concelho, não obstante ter menos residentes. No Alto Concelho estão contidas as uniões de freguesias de Foz do Sousa e Covelo, Melres e Medas, a freguesia da Lomba e a freguesia de Jovim, atualmente pertencente à união de freguesias de São Cosme (Gondomar), Jovim e Valbom.

Contrastando com a anterior unidade territorial, existe o Baixo Concelho. Localizado na zona noroeste do município, com uma topografia menos acentuada, alberga a maior parte dos residentes (84 %). A esta unidade pertence as uniões de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, as freguesias de São Cosme e Valbom, pertencentes à atual união de freguesias de São Cosme (Gondomar), Jovim e Valbom, e as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte.

Para além das características fisiográficas, que explicam a designação, nota-se também a influência dos concelhos vizinhos no desenvolvimento territorial e demográfico, nomeadamente no Baixo Concelho, que fazendo fronteira com os municípios do Porto, Maia e Valongo, tem características urbanas e é muito marcado pela proximidade de lugares de emprego, compra e estudo. O contrário acontece no Alto Concelho, com os concelhos limítrofes de Paredes, Penafiel, Castelo de Paiva e Santa Maria da Feira (estes últimos no caso da freguesia da Lomba), onde as características rurais prevalecem, ainda que a agricultura tenha perdido muito da importância que tinha na primeira metade do século passado.

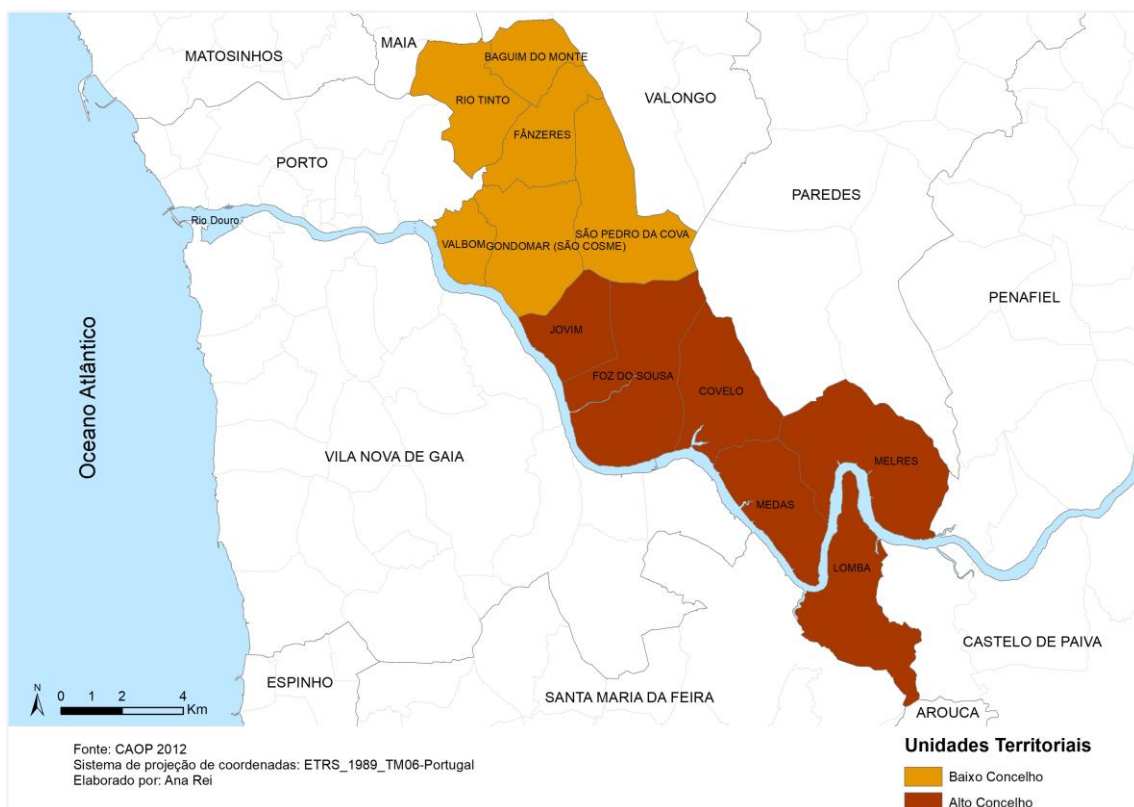


Figura 2 - Unidades Territoriais do Município de Gondomar

3.2. População

O concelho de Gondomar em 2016, era o décimo segundo mais populoso do país, o quinto da Região Norte e o quarto da Área Metropolitana do Porto, segundo dados do Pordata, verificando-se uma distinção entre Alto e Baixo concelho, com o primeiro a perder população desde a década de 1991, contrariamente a este que tem visto a sua população aumentar, com maior expressão entre 1991 a 2001 (ver tabelas 2 e 3).

	População Residente			Crescimento Populacional (%)	
	1991	2001	2011	91/01	01/11
Alto Concelho	23 506	23 281	22 172	- 1%	- 4.8%
Baixo Concelho	119 672	140 815	145 855	17.7%	4.2%
Baguim do Monte	9 651	13 943	14 102	44.5%	1.1%
Covelo	1 695	1 755	1 647	3.5%	- 6.2%
Fânzeres	17 126	22 007	23 108	28.5%	5%
Foz do Sousa	6 626	6 405	6 054	-3.3%	-5.5%
Jovim	7 163	7 112	7 146	-0.7%	0.5%
Lomba	1 851	1 711	1 505	-7.6%	-12%
Medas	2 433	2 353	2 129	-3.3%	-9.5%
Melres	3 738	3 945	3 691	5.5%	-6.4%
Rio Tinto	40 907	47 695	50 713	16.6%	6.3%
São Cosme	20 622	25 717	27 047	24.7%	5.2%
São Pedro da Cova	18 023	17 324	16 478	-3.9%	-4.9%
Valbom	13 343	14 129	14 407	5.9%	2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística
Tabela 2 - População Residente no Município de Gondomar

	População Residente			Crescimento Populacional (%)	
	1991	2001	2011	91/01	01/11
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	5%	2%
Região Norte	3 472 715	3 687 293	3 689 682	6.2%	0.1%
AMP	-	1 730 845	1 759 524	-	1.7%
Gondomar	143 178	164 096	168 027	14.6%	2.4%
Maia	93 151	120 111	135 306	28.9%	12.7%
Valongo	74 172	86 005	93 858	16%	8.4%
Paredes	72 999	83 377	86 854	14.2%	4.2%
Penafiel	68 444	71 801	72 265	4.9%	0.6%
Castelo de Paiva	16 515	17 338	16 733	5%	-3.5%
Arouca	23 894	24 228	22 359	1.4%	- 7.7%
Santa Maria da Feira	118 641	135 964	139 312	14.6%	2.5%
Vila Nova de Gaia	248 565	288 749	302 295	16.2%	4.7%
Porto	302 472	263 131	237 591	- 13%	- 9.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística
Tabela 3 - População Residente nos concelhos adjacentes

Num contexto mais abrangente, comparando o município de Gondomar com os vizinhos, Portugal, Região Norte e Área Metropolitana do Porto, verifica-se uma situação já prevista: os municípios onde o nível de desenvolvimento é visto como mais elevado concentram uma maior percentagem de residentes (Anexo 1).

3.3. Estrutura económica

O caso em estudo são os parques empresariais em Gondomar. Porém, não se consegue atingir o objetivo pretendido sem antes analisar o contexto em que o concelho está inserido. No quadro onde este está introduzido coexistem territórios em que as estruturas económicas são bem distintas, uma vez que existem municípios com uma “rede” económica mais infraestruturada, como é o caso do Porto e Vila Nova de Gaia. Pelo oposto, existem municípios com características mais rurais, como Castelo de Paiva e Arouca. Os concelhos referidos como mais desenvolvidos são os que apresentam uma maior concentração populacional e, conseqüentemente, são também os que apresentam um valor mais elevado de população desempregada, bem como população ativa por freguesia (Anexo 2 e 3), obtendo a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso o valor mais elevado de população desempregada, 4486 pessoas, e o valor mais elevado também da população ativa, 26670 pessoas. Mais importante, quando vemos as percentagens, verificamos que Porto e Vila Nova Gaia concentram 42% da população ativa e 54% da população desempregada.

No que diz respeito à estrutura económica, como já era previsto pois está-se a observar uma região com características urbanas predominantes, o setor de atividade dominante é o terciário, seguindo-se o secundário (Anexo 4). Os concelhos mais interiores, que ainda apresentam algumas características rurais, são os que ainda apresentam uma percentagem com algum significado de pessoas a trabalhar no setor primário.

Segundo o INE e o Sistema de Contas Integradas das Empresas, em 2014 havia na junção de todos os concelhos 492.455 pessoas ao serviço das empresas (Anexo 5) e o saldo da balança comercial oscilava, com alguns concelhos a obter valores negativos, como é o caso de Matosinhos (-683 097), Porto (-428 873) e Valongo (-83 033).

Em relação à exportação e importação de bens (Anexo 6), existem concelhos a atingir valores negativos na taxa de variação da exportação (2015/2014), como Arouca, que atinge uma taxa de variação nas importações de 63,6%, contrastando com uma taxa de -2,3% nas exportações. Importa referir que todo este território se encontra inserido na Região Norte, região muito orientada para a exportação (detém 27% do peso das

exportações no PIB). Em 2012 detinha cerca de 38% das exportações de bens, contribuindo assim de forma positiva para a balança comercial, obtendo um excedente rondando os 5,1 mil milhões de euros.

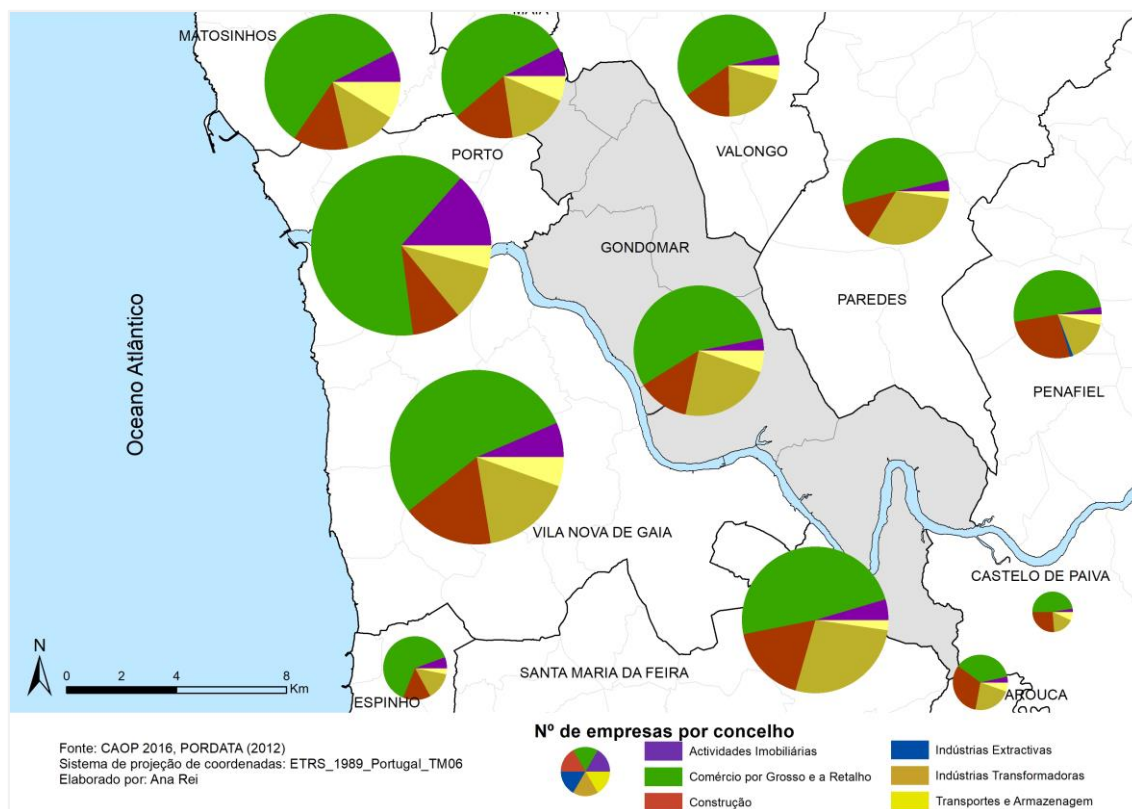
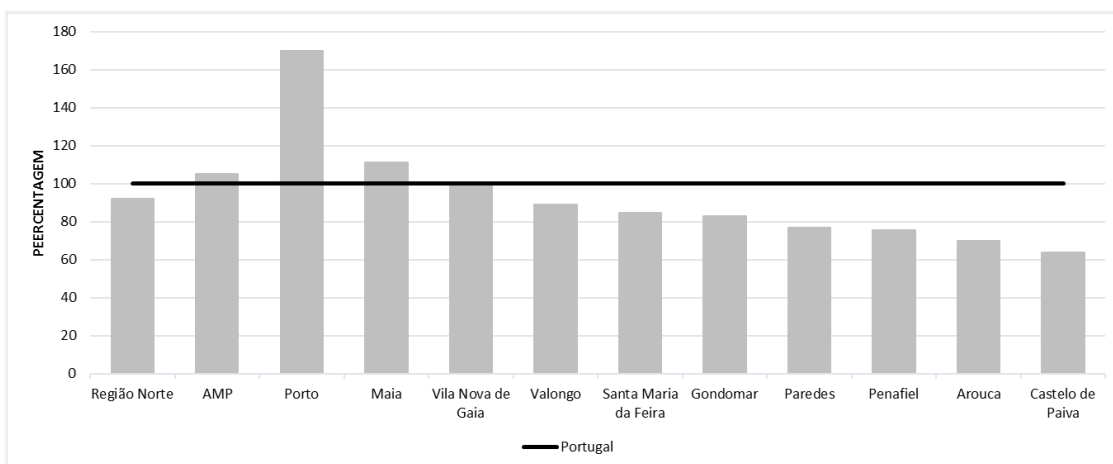


Figura 3 - Empresas por concelho

As empresas mais representadas em todo o contexto são as do Comércio por Grosso e a Retalho, seguindo-se as de Construção e Indústrias Transformadoras, estando praticamente equiparadas. O caso de Gondomar não é exceção, sendo também as empresas ligadas ao Comércio por Grosso e a Retalho e as Indústrias Transformadoras as mais representadas, com valores de 56% e 23%, respetivamente (Figura 3).

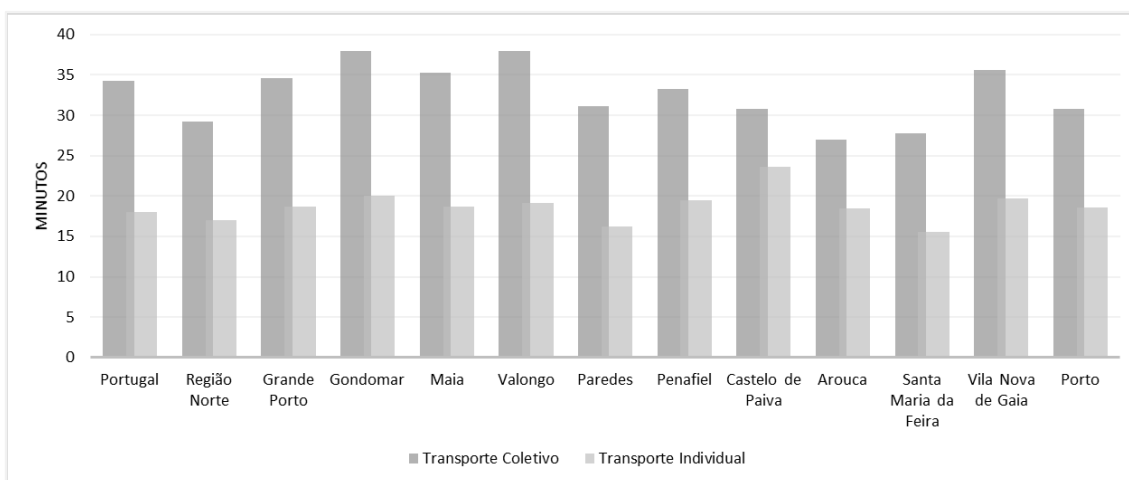
Relativamente ao PIB concelhio verifica-se que na Área Metropolitana do Porto, o município do Porto e o da Maia atingem valores superiores ao nacional (100%) no ano de 2013, sendo que Vila Nova de Gaia atinge um valor muito próximo, 99,3%, e Gondomar apenas atinge os 82,8% (Anexo 7).



Fonte: Pordata

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto

“According to an old saying of regional economists, there are only three variables in regional growth: location, location and location” (Blakely, 1994 :55, citado por Ramos, 2003, p.4). Por isso, as redes de transporte são vistas como fundamentais no desenvolvimento económico de cada região e, conseqüentemente, de cada concelho. No caso de Gondomar, a duração média dos movimentos pendulares (Gráfico 2) é mais elevada no transporte coletivo, demonstrando assim algumas lacunas, o que leva a que no PDM se mencione como prioritária a melhoria dos transportes coletivos na mobilidade intra e intermunicipal.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Gráfico 2 - Duração Média dos Movimentos Pendulares

Em Gondomar, há 30 911 pessoas ao serviço nas 17 688 empresas existentes no concelho. O volume de negócios atinge 2 172 milhões de euros, o que significa apenas 4,0% na Área Metropolitana do Porto. Em relação ao saldo da balança comercial, Gondomar atinge o valor de 5 047, com valores de exportação e importação de bens (2015/2014) quase equivalente, 20,6% e 23,0%, respetivamente.

	População Empregada		População Desempregada		População Ativa	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4 650 947	4 361 187	339 261	662 180	4 990 208	5 023 367
Região Norte	1 656 103	1 501 883	118 912	254 182	1 775 015	1 756 065
AMP	825 672	735 170	63 695	137 223	889 367	872 393
Gondomar	78 063	69 769	6 445	14 172	84 508	83 941

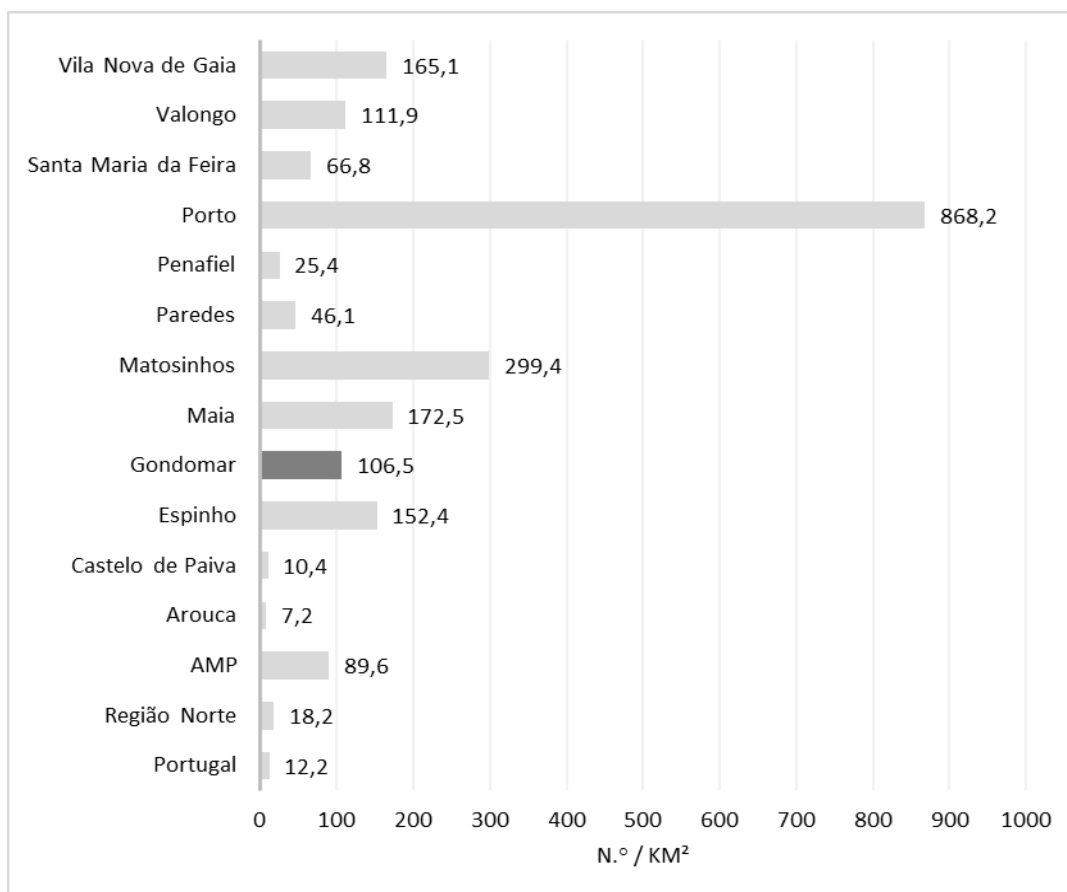
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Pordata

Tabela 4 - Estatísticas populacionais

Gondomar tem 14 172 indivíduos desempregados (em 2011), tornando-se evidente o crescimento da população desempregada. De observar que o decréscimo da população empregada de 2001 para 2011 é igual a todo panorama nacional. Em termos percentuais, a população desempregada corresponde a 17% da população ativa do município em 2011, obtendo o valor de 2% quando comparada com a população desempregada nacional. Entretanto, os dados mais recentes são mais animadores quanto à população desempregada. Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional a população desempregada reduziu no município de Gondomar em agosto de 2017, onde apenas houve 10 364 desempregados.

Capítulo 4. – Tecido Empresarial

O tecido empresarial em Gondomar outrora foi caracterizado por quatro grandes atividades: ourivesaria, marcenaria, extração de carvão e a agricultura. A ourivesaria, entre todas é a mais reconhecida no concelho atualmente, uma vez que a produção da filigrana, técnica da indústria da ourivesaria, corresponde a 54% da produção nacional. A sua importância é tão elevada que, como forma de proteção, o concelho de Gondomar, a par do concelho da Póvoa de Lanhoso, candidatou a filigrana a Património da Humanidade, em 2017. A marcenaria é um setor que ainda tem alguma representatividade, apesar do seu decréscimo ao longo dos anos. Quanto à extração de carvão, este deixou de se fazer com a desativação das Minas de S. Pedro da Cova, não existindo nenhuma indústria extrativa no concelho atualmente. Em relação à agricultura, esta continua presente, porém com um grande decréscimo



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2015, INE

Gráfico 3 - Densidade das Empresas

Em contrapartida, tem aumentado muito significativamente o setor terciário, quer na dimensão mais económica (comércio, restauração, finança, serviços às empresas, etc), quer na dimensão social, onde tem especial representatividade algumas instituições de administração, ação social, educação e saúde.

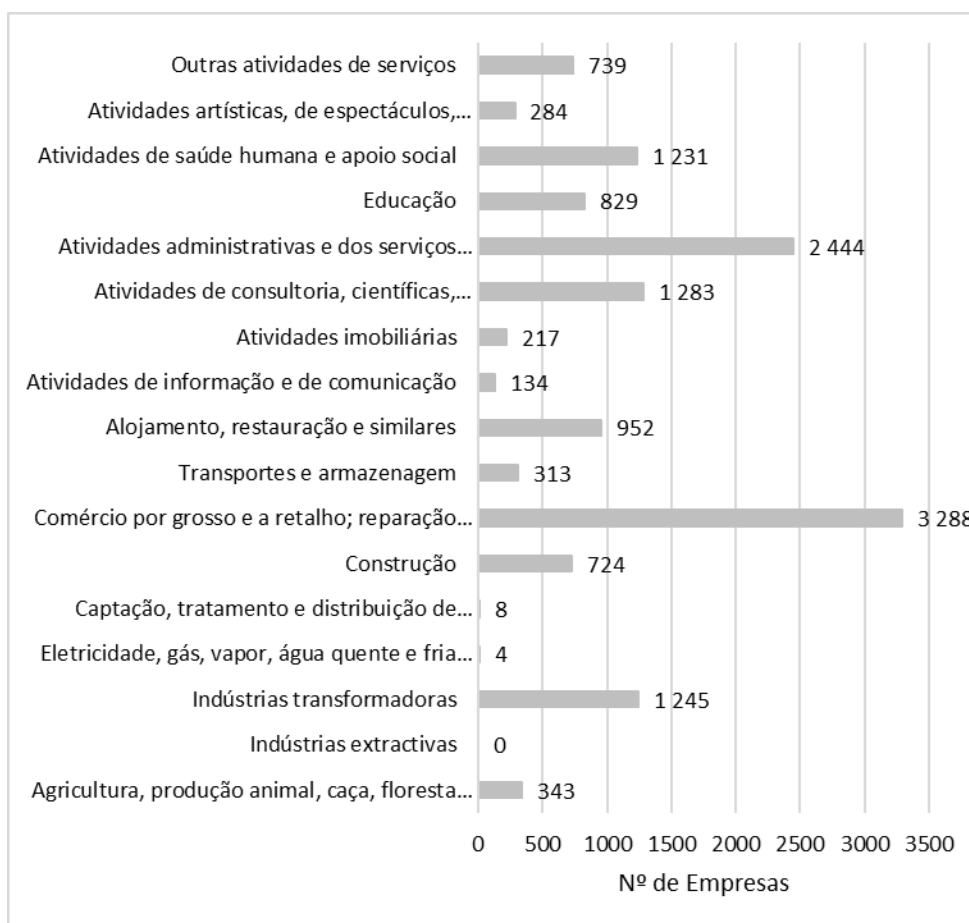
(...) A forma mais habitual de densidade, que tem sido muito utilizada em análises geodemográficas, é a que relaciona as pessoas com uma superfície previamente delimitada, a exemplo de concelhos, regiões e países. Nesses casos, é comum se utilizar a chamada densidade bruta, que se expressa em km^2 .” (Fernandes *et al.*, 2016, p.156). Neste caso, o objeto de estudo são as empresas (gráfico 3).

Na Área Metropolitana do Porto há apenas um concelho abaixo do valor da densidade nacional, que é Arouca, com apenas 7,2 empresas/ km^2 . Os concelhos com valores mais elevados são Porto e Matosinhos, com 868,2 empresas/ km^2 e 299,4 n^o/ km^2 , respetivamente, enquanto Gondomar regista 106,5 empresas/ km^2 .

	Sociedades Constituídas		Sociedades Dissolvidas		Sociedades Constituídas por Dissolvidas (Rácio)	
	2001	2016	2001	2016	2001	2016
Portugal	45 290	33 762	6 858	36 030	6,6	0,9
Região Norte	17 068	11 243	2 056	10 170	8,3	1,1
AMP	8 009	6 266	1 349	6 089	5,9	1,0
Gondomar	637	339	90	372	7,1	0,9

Fonte: Pordata
Tabela 5 - Número de Sociedades

Com a atual conjuntura nacional de crise financeira, sobretudo entre os anos de 2008 a 2013, e com as medidas de austeridade aplicadas, houve uma diminuição de investimentos. Os valores refletem isso mesmo (tabela 5): um decréscimo nas sociedades registadas em 2016, com o rácio de sociedades constituídas pelas dissolvidas a diminuir de 7,1 em 2001, para 0,9 em 2016. Efetivamente os valores das sociedades dissolvidas registou 372 sociedades em 2016, contrariando o baixo valor apresentado em 2001, com apenas 90 sociedades dissolvidas.



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2015, INE
 Gráfico 4 - Empresas por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014)

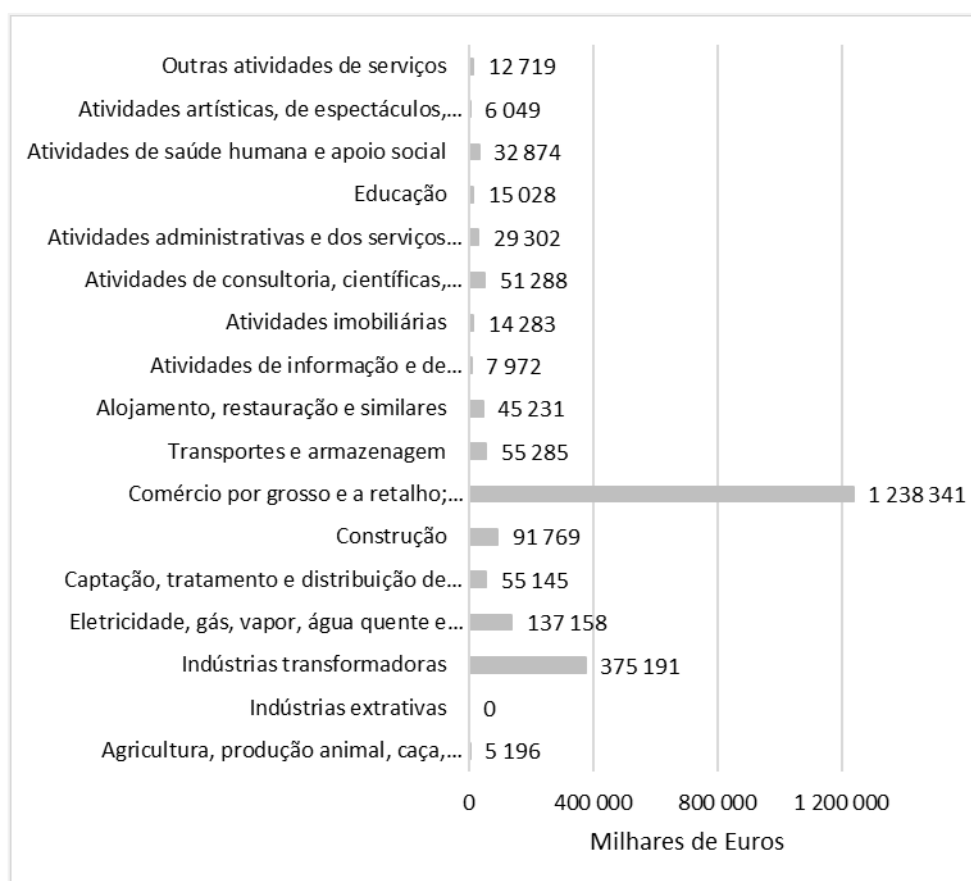
A “Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, harmonizada com as classificações de atividades da União Europeia e das Nações Unidas, a qual constitui uma estrutura indispensável ao desenvolvimento e à consolidação do sistema estatístico nacional...”. O CAE Rev. 3 visa melhorar as anteriores designações, “assegurando à diversidade de utilizadores as condições para uma aplicação mais correta, integrada e harmonizada dos seus princípios metodológicos e conceptuais” (Decreto-Lei n.º 381/2007).

Partindo dessa classificação, denota-se que a secção mais representada no município é o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (3288), seguindo-se das atividades administrativas e dos serviços de apoio

(2444) e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (1283), concentrando 68% do tecido empresarial concelhio em 2014 (ver gráfico 4).

Os restantes 32% da atividade empresarial estão repartidos por 11 secções. Sendo de notar que a indústria extrativa não tem nenhuma empresa instalada no município, no entanto o valor correspondente às indústrias transformadoras é significativo (1245).

O setor terciário é o mais representativo, dado 84% das empresas instaladas pertencerem aos setores dos serviços e do comércio, face aos 16% da indústria.



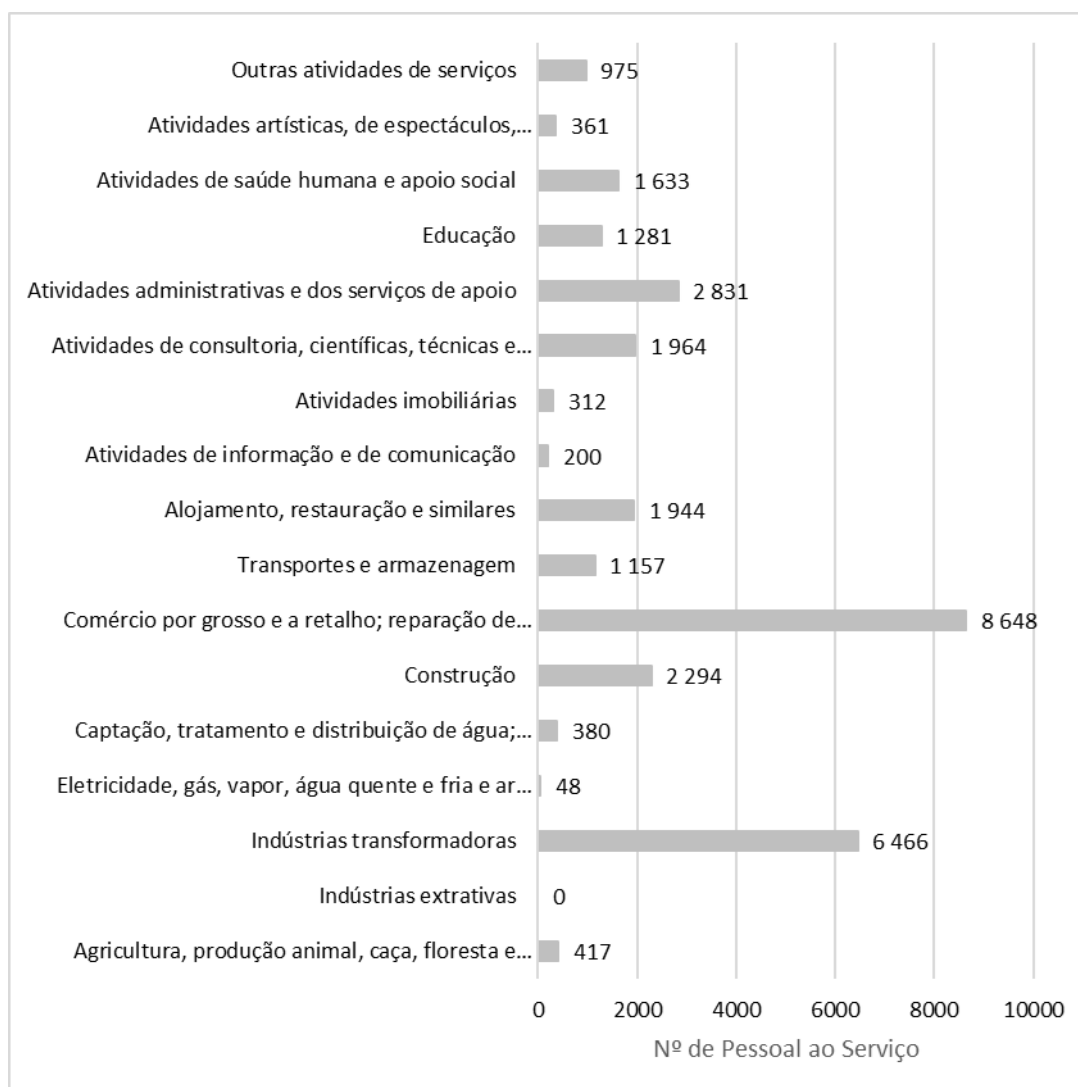
Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2015, INE

Gráfico 5 - Volume de Negócios por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014)

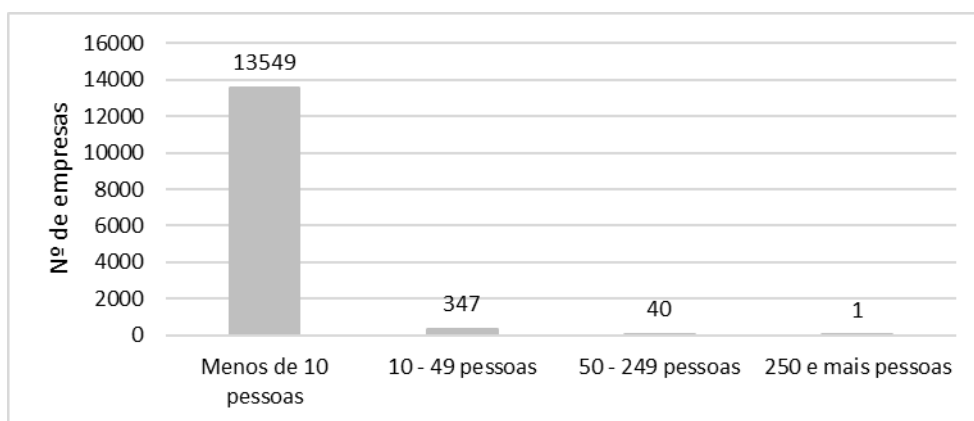
Para além da quantidade de empresas instaladas num determinado município, importa perceber o seu volume de negócios, o que tem forte relação com a importância destas para o desenvolvimento económico local, considerado o volume de negócios,

como “constituído pelo valor, com exclusão do imposto, das transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas pelo sujeito passivo” (Decreto-Lei nº102/2008).

Assim sendo, e como esperado, a secção que detém o valor mais elevado é o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, com um valor de 1.238.341 milhares de euros, seguindo-se da indústria transformadora, com 375.191 milhares de euros, representando 74% do volume de negócios concelhio.



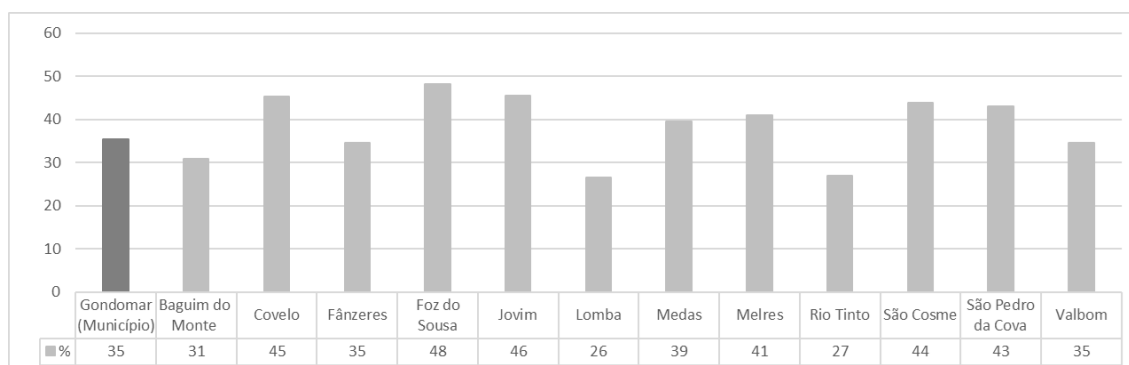
Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2015, INE
Gráfico 6 - Pessoal ao serviço por tipo de CAE Rev. 3 no município de Gondomar (2014)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística
Gráfico 7 - Número de empresas por Escalão de pessoal ao serviço (2013)

“O pessoal ao serviço é o número de pessoas que contribuem para a atividade de uma empresa ou instituição, tais como empregados, gerentes ou familiares não remunerados.” (Pordata, 2015). No ano de 2014, as secções com o número de pessoal ao serviço mais elevado era o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (8648) e a indústria transformadora (6466), representando 49% da totalidade de pessoal ao serviço no concelho.

As empresas localizadas no município apresentam uma reduzida dimensão ao nível do pessoal ao serviço, uma vez que 97% (13549) das empresas têm menos de 10 postos de trabalho, existindo apenas uma empresa em todo o concelho que tem mais de 250 trabalhadores, sendo esta a Barata & Ramilo (conhecida por *Parfois*), localizada em Rio Tinto.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e BGRI 2011
Gráfico 8 - Percentagem de população ativa a trabalhar no município de Gondomar

No que respeita à população ativa no concelho, verifica-se que apenas 35% trabalha em Gondomar, com as freguesias mais interiores, com características mais rurais, a deterem os valores mais elevados de fixação no concelho do trabalho, como é o caso da Foz do Sousa (48%), Jovim (46%) e Covelo (45%), a que segue a sede do concelho, São Cosme de Gondomar (44%).

Capítulo 5. – Áreas de Acolhimento Empresarial em Gondomar

5.1. Espaços de Atividades Económicas

O município de Gondomar abrandou o seu processo de desenvolvimento nos últimos anos, a que pode não ser estranho o facto de ter um PDM desatualizado, datado de 1994 e com restrições na ocupação do solo por grandes estabelecimentos. O projeto de revisão do PDM iniciou-se no ano de 2005, sendo só finalizado e aprovado em 2015, não cumprindo a lei, uma vez que só poderia vigorar durante 10 anos. O novo plano procura atenuar as desigualdades presentes no concelho e promover o seu desenvolvimento, apoiando-se em três vetores estratégicos: reforço da coesão territorial, modernização e diversificação dos setores económicos e produtivos, e valorização e promoção do património. Pretende desenvolver o seu território de uma forma cuidada e consciente, em plena harmonia com a natureza, cumprindo as condições ambientais impostas por lei e de acordo com as situações já visíveis no território.

A ocupação do território de Gondomar está muito ligada ao desenvolvimento das acessibilidades, sendo os terrenos junto às primeiras estradas nacionais os primeiros a albergar aglomerados urbanos, partindo daí um crescimento da mancha urbana. Também a linha de comboio que de Campanhã parte para o Minho e Douro, atravessando o concelho em Rio Tinto, permitiu um desenvolvimento mais intenso, a que se soma a chegada do metro em 2011 que permitiu o melhoramento das vias de comunicação com mais concelhos e a proximidade da cidade do Porto.

No Alto Concelho, em contrapartida, o processo de modernização faz-se lentamente, não havendo melhoria nas acessibilidades durante vários anos. A EN108 e a Estrada D. Miguel eram as grandes vias de comunicação entre este território e os concelhos adjacentes. Em 2011, com a construção das Autoestradas A41 e a A43, a população do Alto Concelho sentiu uma melhoria nas deslocações para o restante concelho, para o Porto e outros centros urbanos.

Apesar das acessibilidades demonstrarem ser um fator fulcral de desenvolvimento,

não é o único. Por exemplo, os fatores fisiográficos são, por vezes, um entrave ao crescimento, e isto denota-se mais uma vez, nas unidades territoriais do “interior” de Gondomar, onde os declives são bastante acentuados, verificando-se que os aglomerados populacionais se desenvolveram junto linhas de água, em especial ao longo do Rio Douro, onde houve também a influencia da EN 108. Os terrenos não sendo propícios a grandes construções, pois são delimitados essencialmente por grandes serras, não atraem grandes investimentos, ao contrário do Baixo concelho onde existem terrenos muito menos acidentados, facilitando a construção e o investimento.

O novo plano, em conjunto com todos os relatórios que o acompanham, pretende aumentar as zonas industriais, principalmente os parques empresariais. Define 4 UOPG como áreas empresariais, tendo como objetivo a “dotação de espaços com condições adequadas ao desenvolvimento de atividades de valor acrescentado e para a qualificação ambiental e de serviços de apoio à atividade empresarial”, segundo o Relatório Ambiental. Estes espaços são localizados em áreas com acesso fácil às redes de comunicação e transporte, pretendendo assim atrair os transportes públicos, repensando os seus trajetos e facilitando a sua integração, minimizando a utilização do transporte individual. Os fatores ambientais estão incutidos no novo plano, por isso, sugerem-se regras a implementar aquando a construção dos parques, incluindo um estudo de tráfego para as atividades que gerem maiores fluxos, com o intuito de diminuir o impacto do ruído e congestionamento do local, caso seja impossível implementá-las o mais distante possível dos aglomerados populacionais, deve criar-se uma faixa arbórea envolvente.

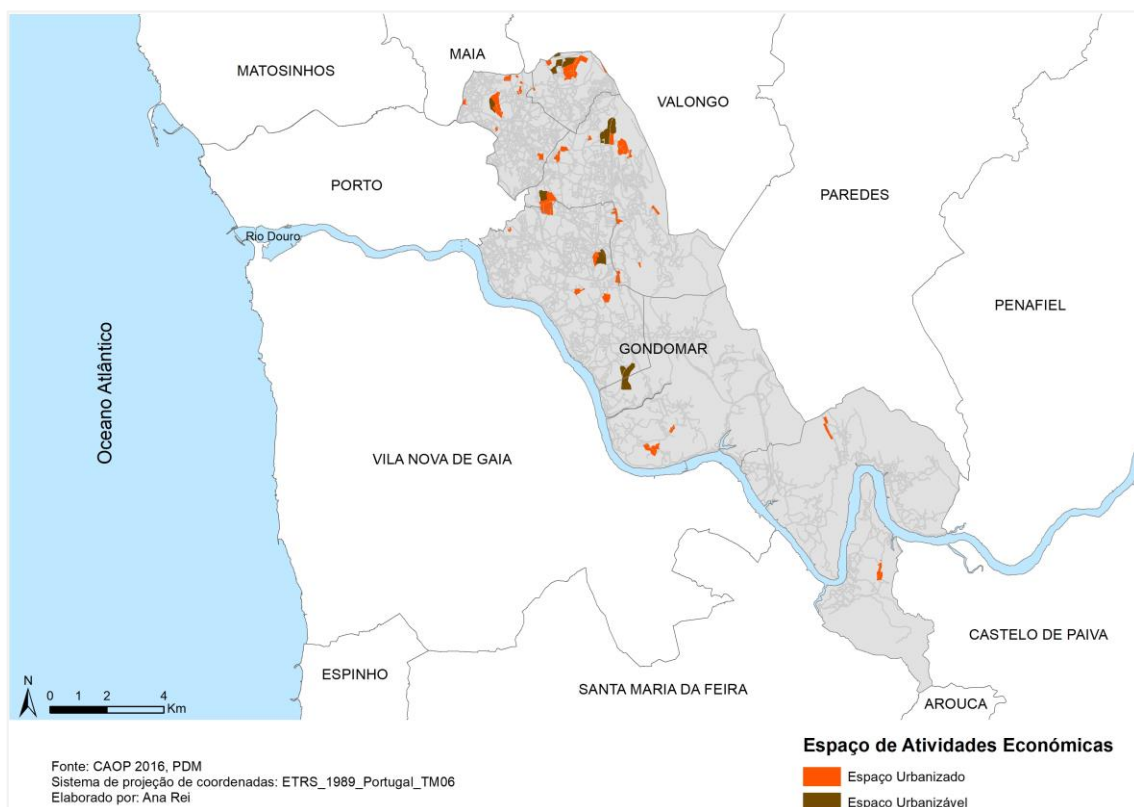


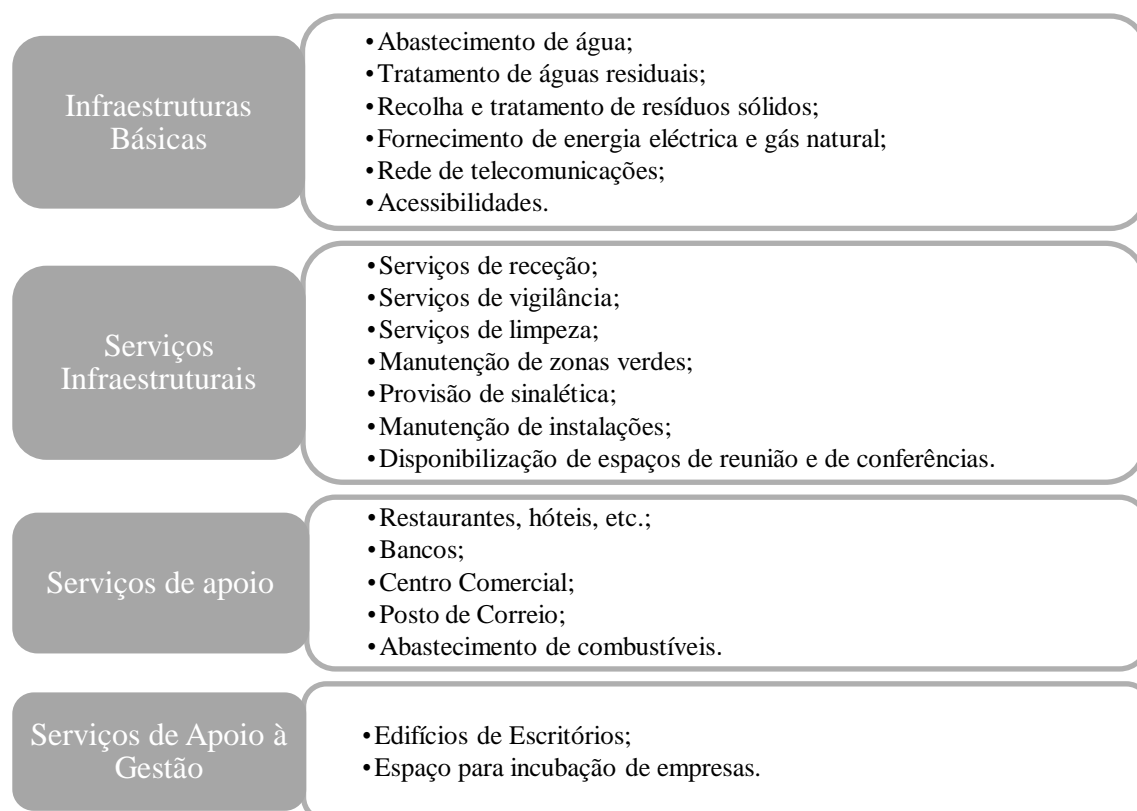
Figura 4 - Representação dos espaços de concentração de grandes unidades económicas

“Do ponto de vista geográfico, a área ou zona empresarial associa-se à ideia de concentração espacial e aglomeração que partilham um mesmo espaço e beneficiam da proximidade mútua. Nesse sentido, são áreas empresariais as zonas industriais, os parques empresariais, de negócios e tecnológicos, as áreas logísticas, as zonas francas portuárias e outros espaços menos especializados que reúnam estabelecimentos empresariais. A extensão destas áreas pode variar consideravelmente: podemos encontrar pequenos assentamentos de empresas associados a descompressão da cidade, complexos industriais em áreas urbanas e portuárias e regiões urbano-industriais. Na perspetiva da administração pública (governos e entidades públicas responsáveis pela sua produção, planeamento e gestão), a área empresarial é uma infraestruturas de apoio às políticas de promoção económica, em que os novos solos industriais favorecem o investimento, a criação de emprego e em geral o desenvolvimento da economia e do território.” (Fernandes *et al.*, 2016, p.34).

Observando os espaços de atividades económicas definidos no PDM (figura 4),

verifica-se uma grande dispersão dos mesmos. Há uma maior concentração no Baixo Concelho, sendo visível a inexistência de uma rede coesa, o que, conseqüentemente, diminui a atratividade e possível investimento externo, dificultando qualquer intervenção devido aos elevados custos. Entre todas, há apenas uma área empresarial de iniciativa pública (espaço de atividades económicas de “Tardariz”), sendo as restantes de iniciativa privada.

Segundo o Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010, as AAE devem abranger um conjunto de valências, divididas por infraestruturas básicas, outros serviços infraestruturais, serviços de apoio à gestão e outros serviços oferecidos.



Fonte: Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2011
Quadro 2 - Valências das AAE

Analisando os espaços de atividades económicos instalados no município de Gondomar percebemos que nenhuma das valências acima elencadas satisfaz na totalidade os proprietários das empresas. O PDM do concelho, no que respeita aos espaços de

atividades económicas, é escassamente explícito quanto às infraestruturas e valências que deverão ser produzidas, dando estes como “espaços destinados a atividades económicas e serviços complementares, localizados em áreas que facilitam o acesso às redes de comunicação e transporte, condição determinante quando conjugada com a dimensão e concentração de atividades para a criação de sinergias importantes para o desenvolvimento do setor empresarial. São admitidos os usos e atividades ligados aos setores industrial, de armazenagem, logística, comércio e serviços, bem como estabelecimentos hoteleiros e equipamentos de apoio.” (Plano Diretor Municipal de Gondomar, 2015, p.44)

De forma a compreender os reais usos, foram realizadas entrevistas a empresas instaladas nos espaços definidos no PDM como empresariais, considerando as seguintes questões: “Há quantos anos a empresa está instalada neste local?” e “Porque escolheu este local?”, além de se inquirir sobre o número de pessoal empregado, o volume de negócios e a área total e coberta. Para avaliar as condições do local, os proprietários devem classificar como Muito Mau, Mau, Razoável, Bom e Muito Bom, as condições relativas às acessibilidades, à qualidade dos acessos e os serviços prestados, os quais incluem rede de saneamento, estacionamento, postos de combustíveis, rede de água e telecomunicações, ou seja, os serviços básicos que todas as áreas empresariais deveriam disponibilizar. Solicita-se que o proprietário não só exponha algumas observações para a melhoria do local, como também saber se pretende, num futuro próximo, deslocar a empresa para um local com melhores condições. As entrevistas finalizam com questões sobre a Câmara Municipal de Gondomar, com o propósito de perceber o *feedback* que estes têm quanto à instituição, com questões como, “Alguma vez recorreu à instituição?”, “Como avalia o serviço prestado?”, “Alguma vez teve acesso a ajudas e apoios da instituição?” e “Tem conhecimento da existência da Divisão do Desenvolvimento Económico, que tem por base o apoio aos empresários?”, registando-se observações que estes apontem à Câmara Municipal de Gondomar.

A análise realizada foi presencial e, para além das entrevistas, foram realizadas visitas para observação das suas condições entre os meses de janeiro e maio de 2017.

		Total	Disponíveis	Ocupados
Baguim do Monte		61	9	52
Fânzeres	Portelinha	37	11	26
	Restantes	25	6	19
Foz do Sousa		7	1	6
Jovim		4	2	2
Lomba		7	-	4
Melres		2	0	2
Rio Tinto	Medancelhe	41	4	37
	Restantes	60	13	47
São Cosme		28	4	24
São Pedro da Cova	Mimosas	35	6	29
	Restantes	21	0	21
Valbom		2	0	2

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 - Discriminação dos lotes existentes no município

Gondomar, segundo a investigação realizada, possui 330 lotes nos espaços delimitados para as atividades económicas, dos quais 271 encontram-se ocupados, o que perfaz 82% da totalidade. Devido ao facto de haver espaços com dimensões muito reduzidas e para facilitar a perceção da distribuição geográfica dos mesmos, a discriminação dos lotes divide-se por freguesias, salientando-se que os de grande dimensão são explicados individualmente, como é o caso de Baguim do Monte, Portelinha, Medancelhe e das Mimosas.

A rede viária será analisada posteriormente através do Network Analyst, ferramenta disponível no software ArcGis, que possibilita a conceção de rotas entre vários pontos, percebendo-se assim as distâncias a percorrer entre as EAE e as principais infraestruturas. As estradas de rede principal e os nós de autoestrada variam consoante as EAE, ao contrário das restantes infraestruturas, em que o terminal ferroviário de carga e o porto marítimo correspondem ao Porto de Leixões, em Matosinhos, e o aeroporto com terminal de carga ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, na Maia. As distâncias foram medidas a partir de um ponto central da rua principal de cada EAE e os valores correspondem a deslocações sem custos adicionais como portagens.

Para além das acessibilidades, a existência de uma rede de infraestruturas básicas coesa e bem ordenada é fundamental nas EAE, influenciando o desenvolvimento das

mesmas. Assim sendo, a análise tem em conta a presença de quatro infraestruturas básicas: rede de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais, de distribuição de eletricidade e rede de comunicações.

Os transportes públicos potenciam o desenvolvimento de um dado local, sendo crucial uma rede transportes racional e proporcional à necessidade de uso por parte dos trabalhadores.

5.1.1. Portelinha

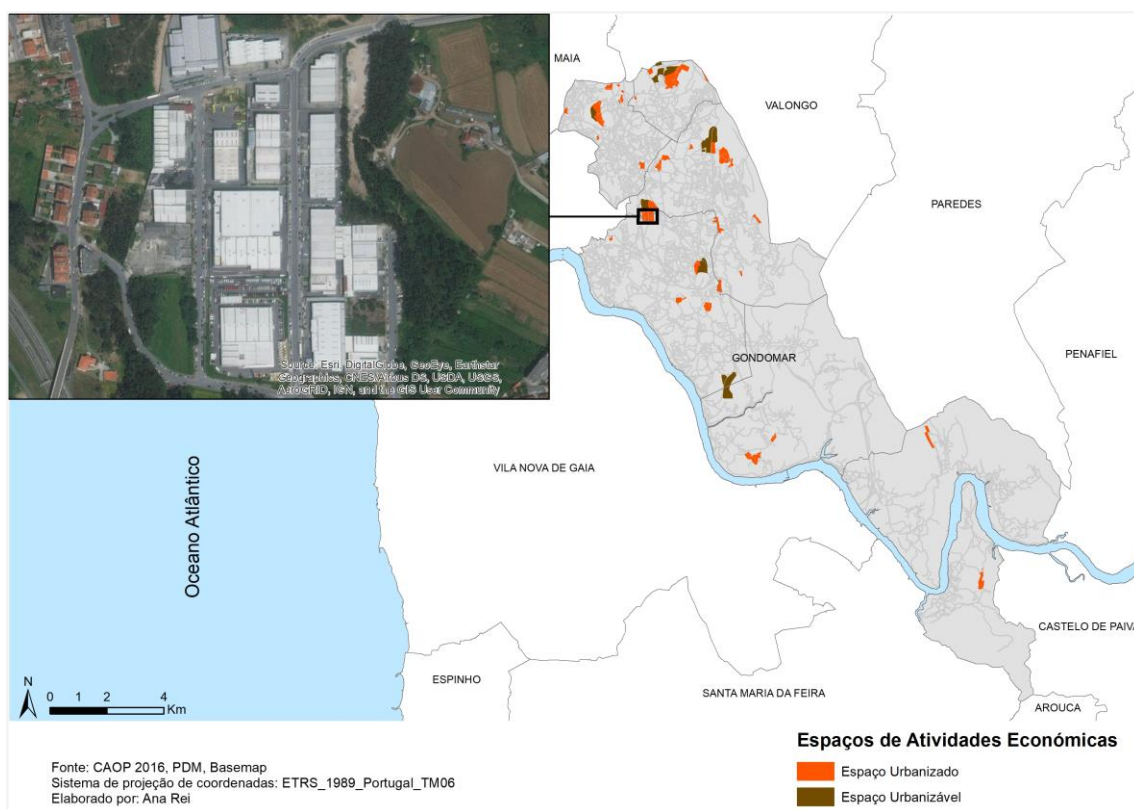


Figura 5 - Representação do espaço de atividade económica da "Portelinha"



Figura 6 – Espaços de armazenagem industrialização e comercialização na "Portelinha"

O espaço de atividade económica da “Portelinha”, localizado no limite das antigas freguesias de Fânzeres e São Cosme de Gondomar, é o mais ordenado territorialmente de todo o concelho (figura 5), já que estava previsto em plano e foi devidamente projetado, sendo o que usufrui de melhores condições, estando já prevista a sua. Nesta área empresarial encontram-se 20 empresas, num total de 37 lotes. A secção predominante é o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos, com 70% das empresas, seguindo-se a indústria transformadora com 20%. Parte dos lotes, aquando as visitas, encontravam-se sem empresas instaladas, porém, estavam a sofrer intervenções para que num futuro próximo albergassem novas empresas, tudo levando a crer tratar-se de processos especulativos em que o proprietário não vende à espera de aumento do valor.

Descrição	Distância (km)
Estrada da rede principal	0.6
Terminal ferroviário de carga	14.5
Nós de autoestrada	0.9
Porto marítimo	14.5
Aeroporto com terminal de carga	19

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 - Acessibilidades a partir da EAE da “Portelinha”

No que concerne à rede viária, através da análise obtida com o Network Analyst, apercebemo-nos que a distância às infraestruturas a partir das EAE está dentro dos parâmetros definidos por Ramos (2000), já que todas as infraestruturas apresentam distâncias menores às que este definiu como máximas. Quanto à rede principal, esta corresponde à “Avenida Dr. Mário Soares”, e a autoestrada corresponde à A43.

Tendo em consideração os transportes públicos, o espaço apenas é abrangido por uma linha, da empresa privada Empresa de Transportes Gondomarenses, Lda. Em relação às infraestruturas básicas, esta EAE usufrui das quatro valências.

A entrevista realizada foi feita com o gerente do Espaço Visual - Consultoria Agrícola Lda. Localizada aqui há 3 anos, com 27 postos de trabalho, tem como política de base a contratação de funcionários residentes no Concelho de Gondomar, os quais representam 80% do total. Relativamente ao volume de negócios, os valores rondam 1 milhão de euros. A seleção por este local deveu-se ao facto de ser de fácil acesso, das instalações serem adequadas às necessidades da empresa e de se situar em Gondomar. Quando interrogada pelas condições do local, avaliou as acessibilidades e a qualidade dos acessos como muito bom, tendo avaliado os serviços prestados como muito mau. No que se refere à melhoria do local, falou da melhoria dos serviços de apoio e dos transportes públicos, como fulcral ao desenvolvimento da empresa. Recorreu à Câmara Municipal de Gondomar apenas em duas situações: solicitou contactos de outras empresas prestadoras de serviços e licenciamento da publicidade. Nunca usufruiu de apoios e apela a que a Câmara promova o tecido empresarial concelhio, criando uma rede de cooperação entre empresas.

5.1.2. Mimosas

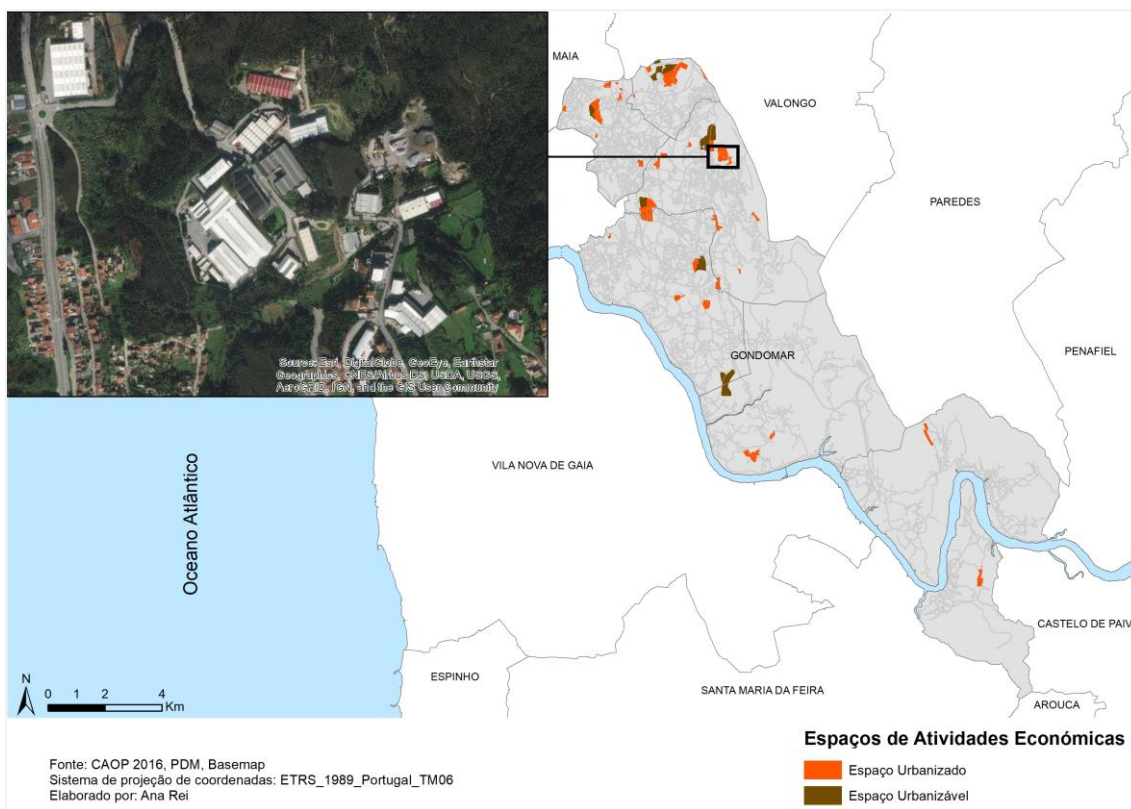


Figura 7 - Representação do espaço de atividade económica das "Mimosas"



Figura 8 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica das "Mimosas"

Localizado na antiga freguesia de São Pedro da Cova, o espaço de atividade económica das “Mimosas”, contém em todo o seu espaço 23 empresas, existindo um total de 35 lotes, distribuídos de forma aleatória. Predominam as empresas de indústria transformadora e comércio por grosso e a retalho e de reparação de veículos automóveis e motociclos, ambos com 43%. Este local, nas prioridades de intervenção municipal, está com o grau de prioridade I no PDM, pressupondo a expansão e melhoria nos próximos 3 anos, tendo em vista ao aumento da qualidade e sobretudo a expansão do loteamento empresarial para aumento da oferta de terrenos.

Descrição	Distância (km)
Estrada da rede principal	0.6
Terminal ferroviário de carga	17.3
Nós de autoestrada	6.6
Porto marítimo	17.3
Aeroporto com terminal de carga	20.3

Fonte: Elaboração própria
Tabela 8 - Acessibilidades a partir da EAE das “Mimosas”

O espaço económico é atrativo, em grande parte devido às suas acessibilidades. A rede principal mais próxima é a Estrada D. Miguel, mas permite uma ligação fácil à autoestrada A4. No que se refere aos transportes coletivos, estes não existem nesta área empresarial, o que é seguramente uma grande lacuna no que diz respeito às principais valências das áreas empresariais.

Relativamente às infraestruturas básicas na EAE das “Mimosas” as falhas são acentuadas e apenas possui três das quatro valências, faltando a rede de drenagem de águas residuais.

A entrevista realizada nesta zona industrial foi ao proprietário da JNF, empresa de comércio por grosso de ferragens, ferramentas manuais e artigos para canalizações e aquecimento, aqui localizada há 21 anos. Tem 45 trabalhadores e em 2015 atingiu os 14.5 milhões de euros em volume de negócios. De acordo com o que nos disse, a escolha deste lugar para a empresa deveu-se ao facto desse lote estar inserido numa zona industrial. Embora não existissem bons acessos na altura, a Câmara Municipal garantiu a sua

melhoria. Quando questionado pelas condições do local, começou por avaliar as acessibilidades e a qualidade dos acessos como razoável, mas considera os serviços prestados como muito maus. Em relação à melhoria do local, observou que a imagem que este passa exteriormente é muito má, não havendo cuidado com a limpeza, iluminação e saneamento. Referiu também a falta de segurança, realçando o facto de a Polícia Municipal nunca se dirigir ao local. Recorreu à Câmara Municipal de Gondomar apenas com um pedido de melhoria da sinalética, não tendo nada mais a assinalar.

5.1.3. Medancelhe

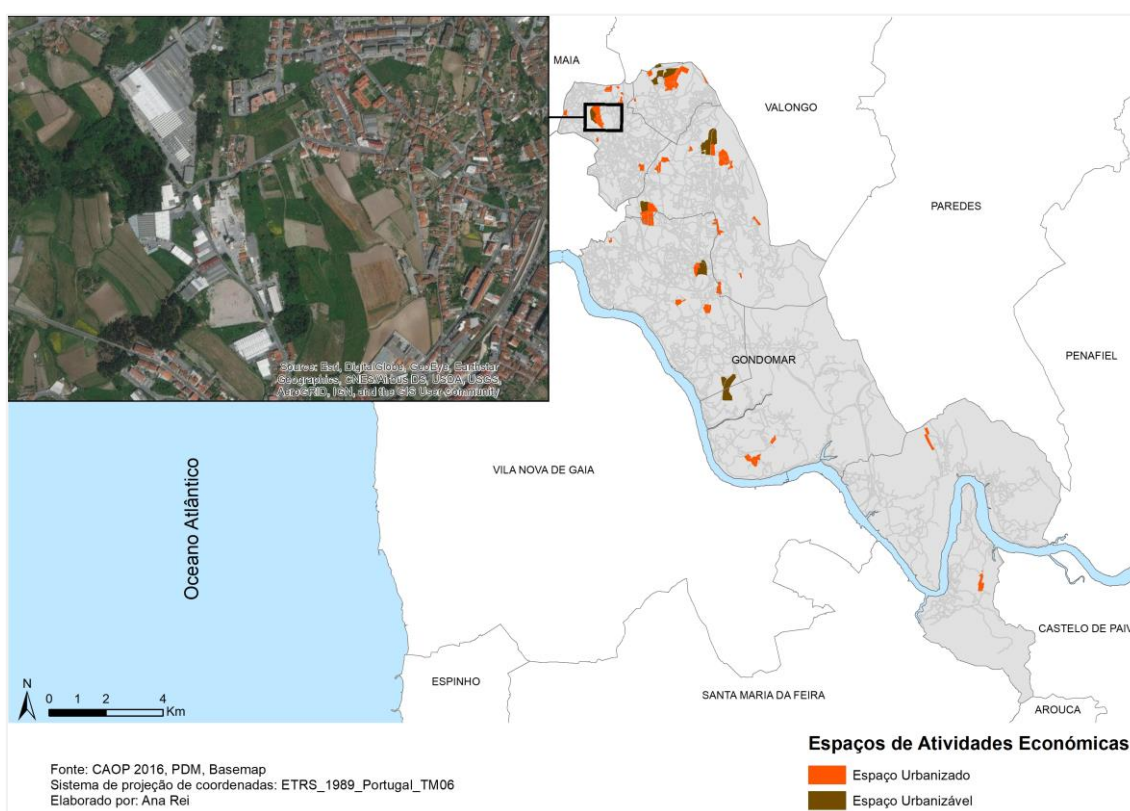


Figura 9 - Representação do espaço de atividade económica de "Medancelhe"



Figura 10 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica de "Medancelhe"

O espaço de atividade económica de “Medancelhe” localiza-se na freguesia de Rio Tinto, numa área marcadamente urbana. Apesar disso, há na área envolvente, espaços para provável expansão. Existem nesta área empresarial 23 empresas e um total de 41 lotes. No essencial, as empresas estão distribuídas por duas secções: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletos e a indústria transformadora, com 30% e 52%, respetivamente.

Descrição	Distância (km)
Estrada da rede principal	1.2
Terminal ferroviário de carga	12.1
Nós de autoestrada	3.8
Porto marítimo	12.1
Aeroporto com terminal de carga	13.6

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9 - Acessibilidades a partir da EAE de “Medancelhe”

Quanto à rede viária, os principais itinerários próximos desta área empresarial são a A20, no que respeita à autoestrada, e a Estrada Exterior da Circunvalação. quanto à rede principal. A nível de transportes coletivos, apenas é abrangida por uma linha, dos

transportes privados ETG. Nas infraestruturas básicas há quatro competências analisadas, mas em relação à rede de drenagem de águas residuais, esta existe só parcialmente.

A entrevista realizada neste EAE foi ao proprietário da RickiParodi SA, empresa de comércio por grosso localizada há 3 anos neste local. Dispõe de 27 postos de trabalho e apresenta um volume de negócios a rondar os 6 milhões de euros. A escolha do lugar deveu-se a uma oportunidade que surgiu quando procurava instalações. Este avaliou as acessibilidades e a qualidade dos acessos como bom e os serviços prestados como razoável. Nunca recorreu à Câmara Municipal de Gondomar.

5.1.4. Baguim do Monte

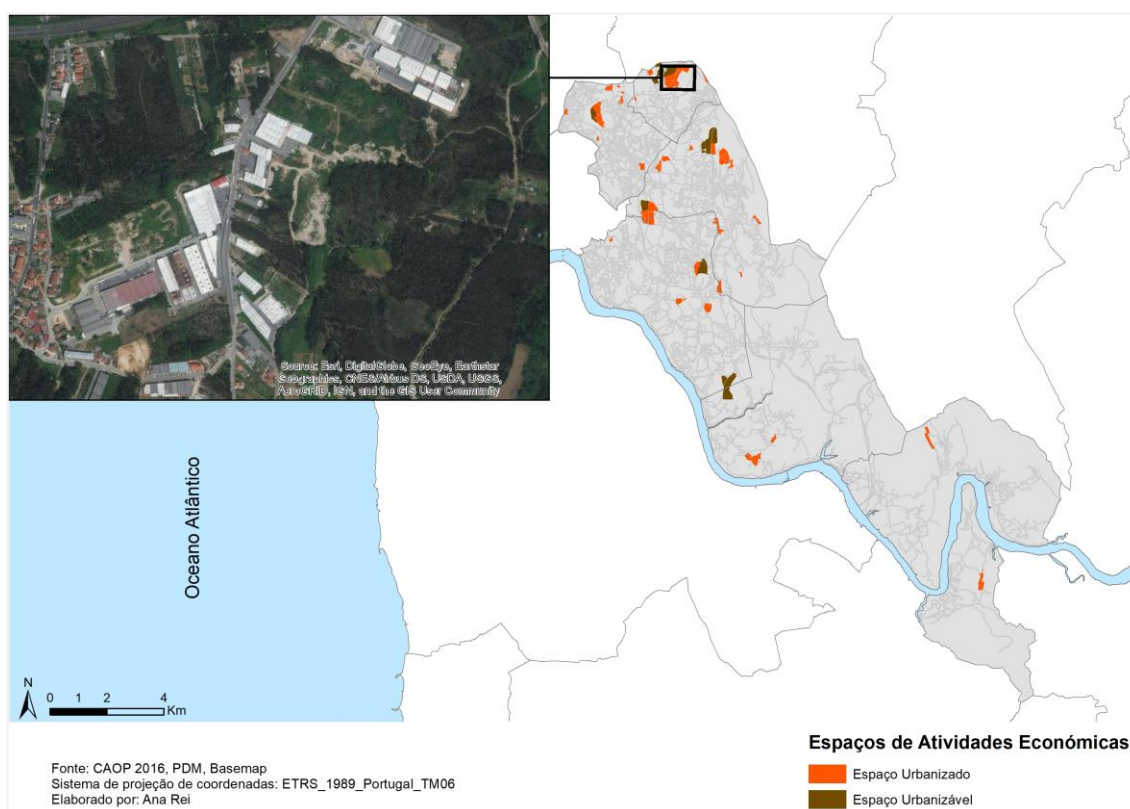


Figura 11 - Representação do espaço de atividade económica de "Baguim do Monte"



Figura 12 - Fotografias ilustrativas do espaço de atividade económica de "Baguim do Monte"

Como o nome indica, o espaço de atividade económica de Baguim do Monte localiza-se nesta freguesia. Desenvolve-se, sobretudo, ao longo da Avenida D. Miguel, havendo ainda muito espaço para expansão do loteamento, tal como já definido no PDM, verificando-se que esta área se encontra nas prioridades de intervenção municipal, pressupondo a sua realização nos próximos 7 a 10 anos. Trata-se da área empresarial maior no município de Gondomar, com 35 empresas instaladas, num total de 57 lotes. A maioria das empresas divide-se entre as seções de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e indústria transformadora, com 40% e 43%, respetivamente.

Descrição	Distância (km)
Estrada da rede principal	1.1
Terminal ferroviário de carga	14.7
Nós de autoestrada	2.6
Porto marítimo	14.7
Aeroporto com terminal de carga	15.7

Fonte: Elaboração própria

Tabela 10 - Acessibilidades a partir da EAE de "Baguim do Monte"

Relativamente à rede viária, o espaço económico de Baguim do Monte encontra-se a 2.6km da A4 e a 1.1km da N208. Em relação ao transporte coletivo, este não existe. No que se refere às infraestruturas básicas, apresenta um panorama igual à EAE mencionada precedentemente, já que a rede de drenagem de águas residuais não abrange toda a área empresarial.

A entrevista foi realizada a um dos proprietários da Virtual Neon, empresa de fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação, localizada neste local há 15 anos. Tem 6 postos de trabalho e um volume de negócios de 500 mil euros. A seleção deste lugar deveu-se ao facto de ser perto da sua residência. No momento em que foi questionado pelas condições do local, começou por avaliar as acessibilidades e a qualidade dos acessos como razoável, tendo avaliado os serviços prestados como bom. As observações relativas à melhoria do local fizeram referência à conclusão das obras na rua de acesso à empresa. Nunca recorreu à Câmara Municipal de Gondomar.

5.1.5. Restantes Zonas Industriais

Os restantes espaços de atividades económicas definidos no PDM são de menor dimensão, na área e número de empresas. Em geral estão rodeados por espaços florestais, não sendo facilmente acessíveis e escasseando as suas valências.

Nestes espaços de atividades económicas existe um total de 109 empresas num total de 156 lotes¹, havendo 26 lotes ainda disponíveis. As secções mais representadas são, igualmente às restantes, a indústria transformadora com 44 empresas e o comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos com 42 empresas, representando 40% e 39%, respetivamente. Em geral não existe uma rede de transporte coletivo assim como as infraestruturas escasseiam, havendo só três que estão presentes em todas as áreas empresarias: a rede de abastecimento de águas, a de distribuição de eletricidade e a de comunicações.

Foi realizada entrevista em Tardariz, São Pedro da Cova, à maioria das empresas instaladas. As respostas foram idênticas nas diversas questões: quanto à questão sobre as

¹ Denotar que não se obteve informação acerca da situação de 3 lotes na freguesia da Lomba.

condições do local, estes avaliam as acessibilidades e a qualidade dos acessos como mau ou muito mau e os serviços prestados como razoável; em relação às observações para a melhoria do local as respostas referem a limpeza dos espaços florestais adjacentes como a principal preocupação, referindo também a necessidade de melhorar os acessos, a falta de iluminação, de sinalética de localização e de transportes públicos e a dificuldade de circulação de veículos pesados. Apenas uma empresa recorreu à Câmara e nenhuma obteve qualquer apoio ou ajuda. É de sobrelevar que esta zona industrial foi propriedade da Câmara Municipal de Gondomar até há cerca de 3 anos.

Na freguesia de Rio Tinto, na zona industrial existente junto à Rua do Clube Atlético de Rio Tinto, a entrevista foi efetuada ao proprietário da Filipe Borges Unip. Lda., empresa de atividades de serviços de apoio prestados às empresas, localizada neste local há 1 ano. Tem 8 postos de trabalho e em 2016 atingiu os 1.5 milhões de euros de volume de negócios. A escolha do lugar deveu-se ao preço do armazém. Quando questionado pelas condições do local, começou por avaliar as acessibilidades e a qualidade dos acessos como muito mau, tendo avaliado os serviços prestados como bom. Nas observações realizadas em relação à melhoria do local, apenas referiu que a retirada do bairro social, que se encontra perto, seria o ideal. Mencionou também a intenção de deslocar a empresa para Canelas, em Vila Nova de Gaia, devido aos bons acessos. Recorreu à Câmara Municipal de Gondomar devido ao sistema de água e publicidade das carrinhas, referido não ter tido resposta aos e-mails enviados.

Nos Espaços de Atividades Económicas do Alto Concelho a entrevista realizada foi ao proprietário da Nautilus, S.A., localizada no lugar de Zebreiros, na União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo. Trata-se de uma empresa de fabricação de mobiliário para escritório e comércio, instalada neste local há 13 anos. Detém 50 postos de trabalho, movimentando 10 milhões de euros. A escolha deste local foi emocional, uma vez que o proprietário nasceu neste lugar. Aquando questionado pelas condições, avaliou os três critérios como razoável, tendo como observações a fazer a melhoria do acesso entre a EN 108 e a empresa, com a colocação de iluminação, a construção de passeios e uma rotunda. Recorreu à Câmara Municipal de Gondomar no processo de licenciamento, classificando o serviço prestado como razoável. Nas observações

menciona o facto da Câmara não possuir uma estratégia executiva de atração de investimentos, simplificando também o processo de licenciamento.

Globalmente são preponderantes, nas áreas definidas como Espaços de Atividades Económicas pelo PDM de Gondomar a indústria transformadora e o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, mas, uma vez que estes englobam subclasses distintas, importa explicitá-las de modo a uma melhor compreensão. A indústria transformadora (Anexo 8) reparte-se em 49 subclasses díspares, em que a maioria se representa apenas por uma empresa. Destacam-se três subclasses das restantes, sendo elas a fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal (CAE 25120), a fabricação de outros produtos metálicos diversos, n. e (CAE 25992) com cinco empresas e a fabricação de mobiliário de madeira para outros fins (CAE 31091), esta com nove empresas.

O comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (Anexo 9) divide-se em 41 subclasses, segundo o CAE Rev. 3. Observa-se que 25 subclasses são apenas representadas por uma empresa, enquanto que 1 subclasse, em 6, corresponde a quatro empresas. A manutenção e reparação de veículos automóveis (CAE 45200) destaca-se com catorze empresas.

Os espaços de atividades económicas de Gondomar apresentam infraestruturas básicas, frequentes no tipo mais convencional das Áreas de Acolhimento Empresarial, que é a zona industrial, onde “a principal preocupação das políticas públicas é a de responder ou disciplinar uma procura por solo industrial. Em regra, estes espaços estão situados na proximidade de núcleos urbanos e com acessibilidades à rede viária regional.” (Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010).

Face ao que se analisou, considera-se que devem ser realizadas intervenções de modo a promover a modernização dos espaços de atividades económicas, aproximando-os das características dos parques empresariais, já que estes “procuram atingir igualmente níveis elevados no que respeita à qualidade das infraestruturas (edifícios, espaços verdes, zonas de lazer, etc.). Surgem frequentemente fora do espaço urbano, mas na proximidade de grandes eixos viários e com uma adequada provisão de transporte público.” (Plano de

Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010).

5.2. Empresas Exteriores aos Espaços de Atividades Económicas

Como viemos a depreender, o município de Gondomar caracteriza-se por um tecido empresarial relativamente mal ordenado e disperso por todo o concelho, que está presente fora dos espaços que se foram constituindo como zonas industriais ou assim foram planeadas (em apenas um caso). Por isso, através da ferramenta do Google Earth, percorremos todo o território concelhio com o intuito de encontrar todas as infraestruturas de grandes dimensões que podem acolher empresas, o que nos permitiu identificar um total de 216 empresas, todas com instalações de alguma dimensão.

As secções mais representativas do tecido empresarial concelhio são o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e a indústria transformadora no que respeita ao volume de negócios e pessoal ao serviço, e devido a estes fatores a investigação centrou-se nas cinquenta maiores empresas sob essas duas secções, coincidindo com as empresas com uma área superior aos 1000m². Este levantamento resultou na representação da figura 13, em que cada ponto apresentado corresponde a uma empresa dentro dos parâmetros supramencionados.

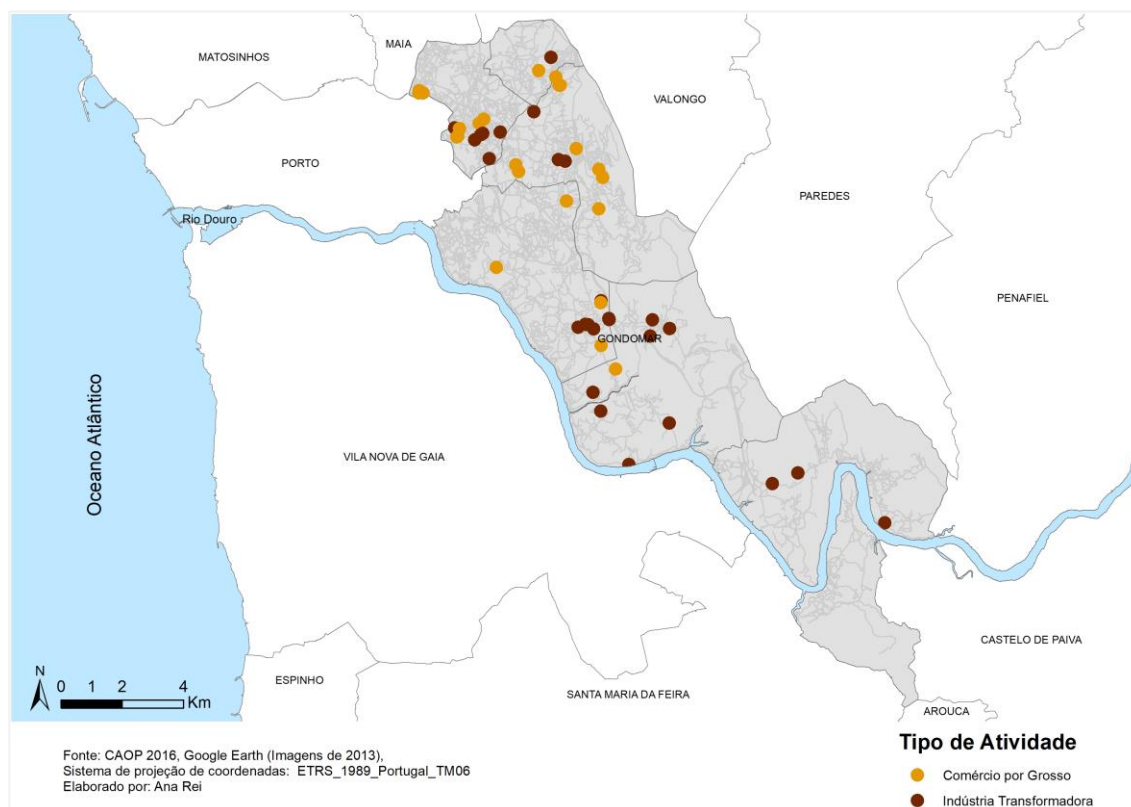


Figura 13 - Empresas exteriores aos Espaços de Atividades Económicas

As empresas em análise estão divididas em apenas duas seções: a do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e a indústria transformadora. Nesta primeira secção verifica-se que as divisões mais representadas são as do comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis, com 6 empresas, e as do comércio de veículos automóveis ligeiros e comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos, ambas com 3 empresas. Quanto à segunda seção a distribuição é mais diversificada, destacando-se a fabricação de mobiliário de madeira para outros fins, com 4 empresas. Em relação ao volume de negócios, 12 empresas obtiveram entre 50 a 999 milhares de euros e 27 empresas movimentaram entre 1 a 49 999 milhões de euros. No que diz respeito ao pessoal ao serviço, o valor concentra-se entre os 20 a 49 funcionários, com 15 empresas neste intervalo, seguindo-se com 5 a 9 funcionários 10 empresas (Base de Dados do Ministério da Economia, 2013)².

² A base de dados do Ministério da Economia apenas referencia os valores dos trabalhadores a trabalhar por conta própria sem pessoas ao serviço e os trabalhadores independentes, excluindo as restantes situações.

5.3. *Webmap* interativo

“A Internet é, nos dias de hoje, um instrumento privilegiado na disseminação de informação, na partilha de conhecimento e na interatividade da atividade de prestação de serviços e venda/compra de bens, criando novas oportunidades para os agentes do sistema de conhecimento e inovação e para a restante sociedade.” (Fernandes, R.; Gama, R., 2012, p.5). O mundo virtual representa um espaço público, em que se pode aceder de forma gratuita, maioritariamente das vezes, sendo uma ferramenta de trabalho preciosíssima no que respeita à divulgação de informação. Os *webmap* são ferramentas interativas capazes de expressar informações geográficas.

Com a intenção de promover e divulgar os espaços de atividades económicas existentes no município de Gondomar e de manter a informação atualizada, foi produzido um *webmap* interativo³ através do *software* ArcGis Online, onde se exhibe a localização das áreas empresariais, a disponibilidade dos lotes, assim como, no caso dos lotes ocupados, informação sobre as empresas instaladas.

A visão dos empresários sobre as oportunidades em Gondomar é fundamental e esta ferramenta pretende facilitar o processo de consulta, uma vez que, para além do que foi mencionado, também mostra o solo livre que está definido como Espaço de Atividade Económica.

³ Site do *webmap* interativo:

<http://www.arcgis.com/apps/StoryMapBasic/index.html?appid=900d8919f70e4db2adf3cd7b48630470>

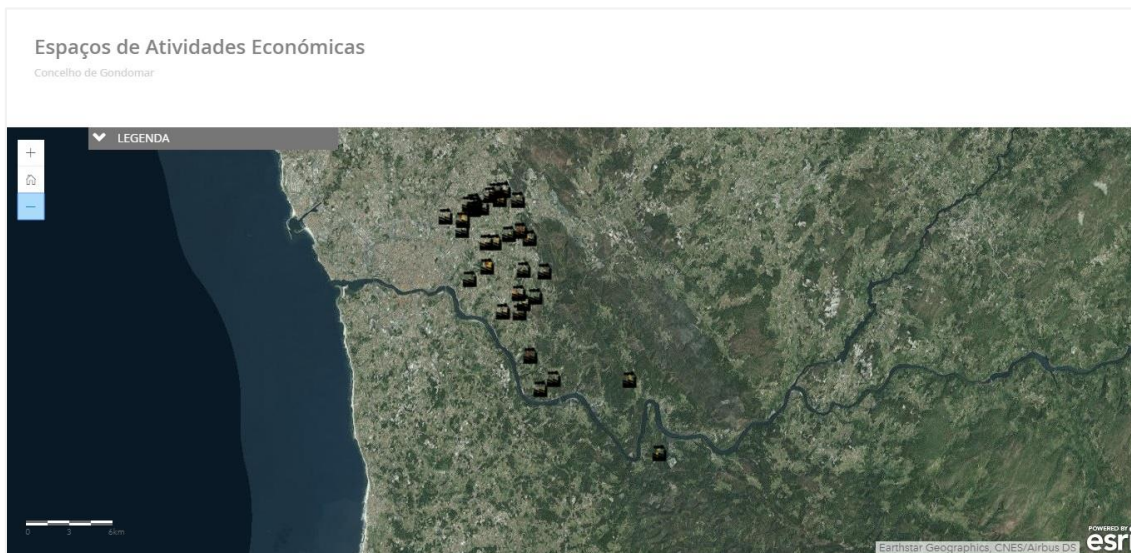


Figura 14 - Página inicial do webmap interativo



Figura 15 - Demonstração das áreas empresariais no *webmap*

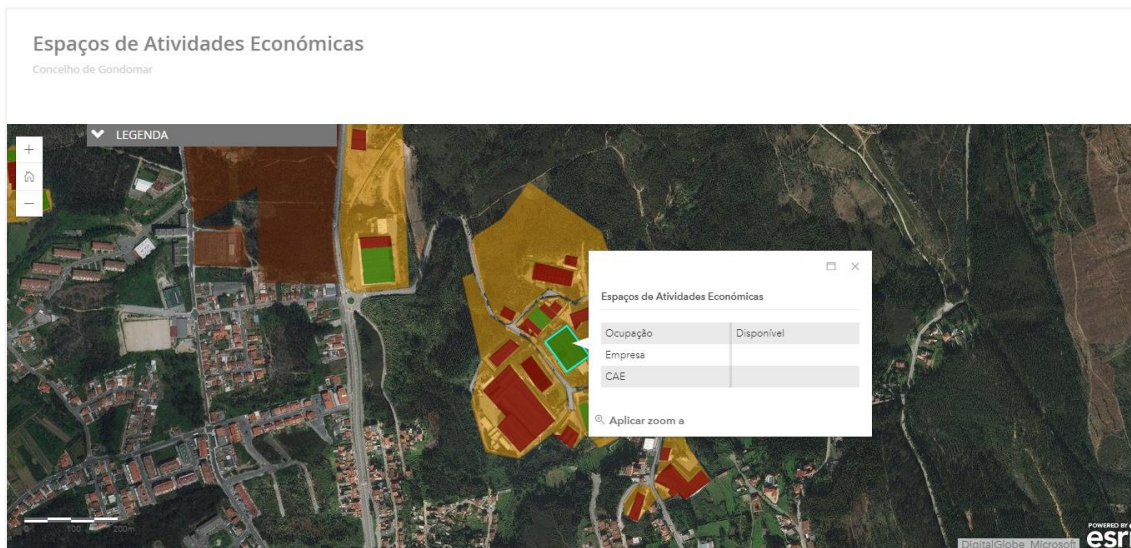


Figura 16 - Demonstração da ocupação no *webmap*

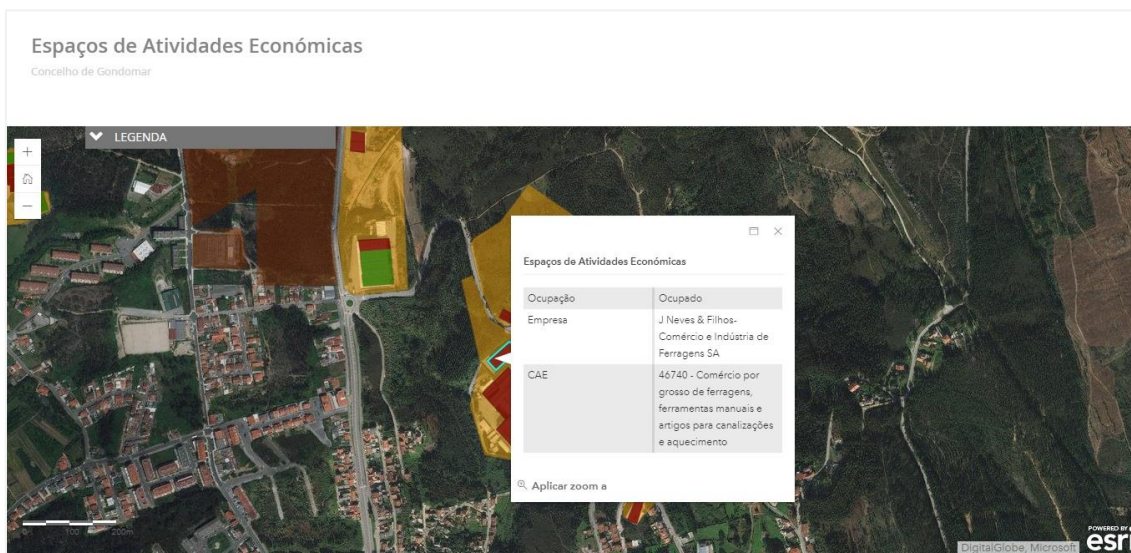


Figura 17 - Demonstração da ocupação de empresas no *webmap*

Capítulo 6. – Propostas

Com o finalizar do trabalho observa-se que ainda há um longo caminho a percorrer quanto à melhoria dos espaços de atividades económicas e para reforçar a interligação entre a CMG e os empresários.

Constituiu-se quatro propostas com o propósito de responder a estas necessidades.

6.1. Grupo de Trabalho

O setor empresarial exige bastante de uma instituição, visto que a sua transformação é constante. A divisão constituída com o intuito de aproximar os empresários é insuficiente, pois não abrange todos os serviços necessários, levando a que a informação da CMG sobre o sector seja escassa e até em muitos parâmetros inexistente.

A instituição carece de uma posição mais ativa na sua relação com o setor empresarial, de políticas e estratégias incentivadoras, de ser uma força motriz na captação e apoio à criação de empresas. Propõe-se, então, a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar⁴ bem estruturado, ou a reestruturação da divisão já constituída, passando a ser capaz de responder às inúmeras questões postas pelos empresários, de promover o território concelhio, assim como apoiar e incentivar novos investimentos no município.

O grupo de trabalho teria sobre sua alçada várias valências, tais como:

- Auxiliar na procura de espaços para a instalação das atividades económicas
- Estimular o tecido empresarial gondomarense
- Identificar incentivos locais, nacionais e estrangeiros
- Desenvolver programas e ações de apoio à formação
- Acompanhar o processo de licenciamento
- Ajudar na criação de empresas
- Promover a captação de investimento estrangeiro
- Realizar ações de esclarecimento

⁴ Grupo de trabalho multidisciplinar que abranja áreas tais como a advocacia, a gestão, o planeamento, o urbanismo, os sistemas de informação geográfica, entre tantos outros.

Após a sua criação, um levantamento exaustivo do tecido empresarial gondomarense seria o primeiro passo a dar.

6.2. Website

Os sítios na Internet, mais conhecidos por *Websites*, são “a principal causa para a emergência dos novos contextos, das novas aplicações e formas de comunicação interpessoal que se direcionam, cada um, para uma determinada função/uso específico e para a necessidade de desenvolver/aplicar novas estratégias de comunicação e protocolos comunicacionais” (Dias, 2011, p.2).

A comunicação online através dos *websites* permite a divulgação e promoção de empresas e instituições a nível nacional e mundial, de forma rápida e concisa. Por esse motivo propõe-se a criação de um *website* exclusivamente direcionado ao setor empresarial gondomarense e a futuros investidores.

De modo a facilitar a procura de informação o *website* seria dividido em dois grupos distintos. O primeiro diria respeito à promoção do grupo de trabalho mencionado antes, demonstrando as potencialidades do município no acolhimento empresarial, os apoios, os incentivos e a disponibilidade de solo para implementação de novas empresas. O segundo seria direcionado à promoção das empresas já instaladas no concelho, passaria por ser um espaço em que as empresas, mediante pedido prévio, pudessem divulgar produtos e marcas.

6.3. Transportes coletivos

O uso excessivo de veículos particulares acelera a degradação do ambiente local e global e aumenta a emissão de dióxido de carbono e outros poluentes, diminuindo a qualidade do ar. Uma forma de contrariar esta situação é promover o uso dos transportes coletivos, cujo impacto é menor se relacionarmos com o número de indivíduos que estes transportam em apenas uma viagem (Woods, R.; Masthoff, J., 2017). Como combater esta realidade num concelho onde a rede de transportes públicos é deficitária,

nomeadamente nas áreas de acolhimento empresarial? É necessário a implementação de uma rede coesa, melhoramento da qualidade de serviço e satisfação das necessidades dos usuários, considerando até o custo que representa para os trabalhadores a deslocação em viatura própria e, ainda, a impossibilidade de quem não a tem de aceder a trabalho em algumas das áreas empresariais.

Propõe-se a execução de linhas de transporte público para todos os espaços de atividades económicas, eventualmente com apoio municipal, que faça ligação entre os principais pontos de intermodalidade do concelho. Considerando a hora de abertura e fecho as empresas, os transportes admitiriam horários flexíveis.

A nível intermunicipal sugere-se que todas as EAE usufruem de ligações diretas à Estação de Comboio de Rio Tinto, sendo esta o principal ponto intermodal do concelho, aproveitando o facto de aí se poder fazer ligação a vários municípios através da Linha Laranja do Metro que atravessa o Porto e Matosinhos, da STCP e de outros operadores rodoviários e do comboio que interliga a Braga, Guimarães, Marco de Canaveses e Ermesinde, possuindo parqueamento gratuito.

A nível intramunicipal, além da ligação à Estação de Comboio de Rio Tinto aconselha-se que todas as EAE façam ligação ao Largo de Santo António em S. Cosme de Gondomar, pelo facto de ser o principal ponto intermodal das freguesias do Alto Concelho na ligação com o Baixo Concelho.

6.4. Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas

Em todo o país, como é o caso do Alto Concelho de Gondomar, as freguesias com características rurais sofreram uma perda de população acentuada nos últimos anos, sendo considerados territórios de baixa densidade, ao nível da população e das empresas. Possuindo escassas infraestruturas, veem os jovens mais promissores abandonar os seus territórios, deixando-os cada vez mais envelhecidos e despovoados (Batista, 2001, citado por Soares, 2014). Com o propósito de combater este processo e incentivar o crescimento económico, neste caso, no Alto Concelho, sugere-se a criação de um espaço de atividade económica na fronteira entre Covelo e Medas na atual União de Freguesias de Melres e Medas e União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo, a designar como EAE Covelo-

Medas.

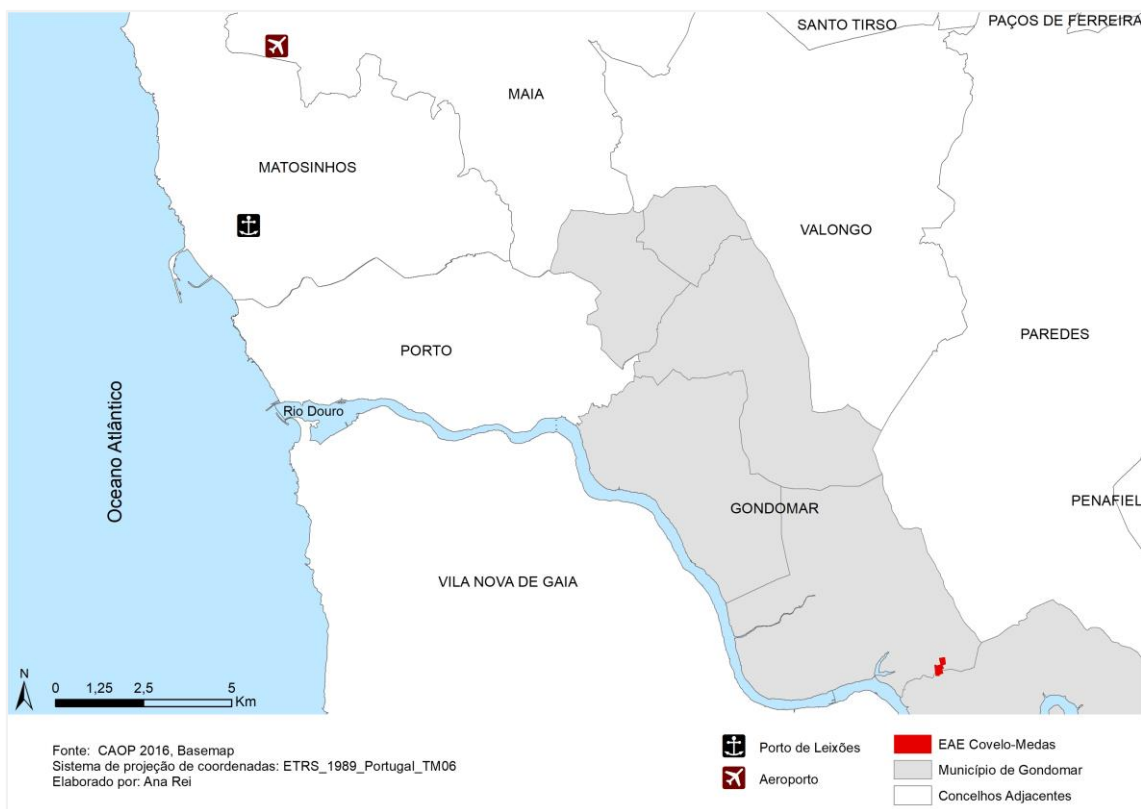


Figura 18 - Enquadramento do Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas

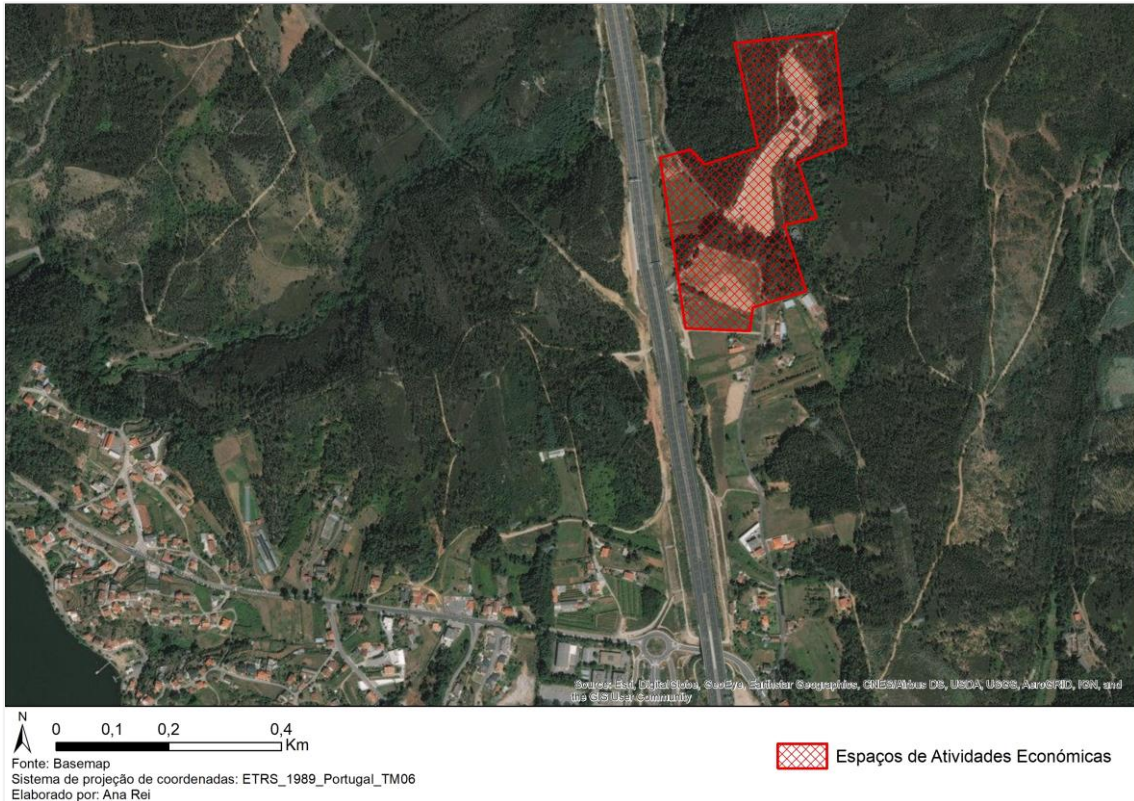


Figura 19 - Delimitação do Espaço de Atividade Económica de Covelo-Medas

Após analisar três critérios imprescindíveis à idealização de um novo EAE (condicionantes, acessibilidades e infraestruturas básicas) concluiu-se que o local ideal a ser implementado o novo EAE seria o representado (ver figura 19), existindo uma área total disponível de 100 mil m² e condições para se poder expandir futuramente.

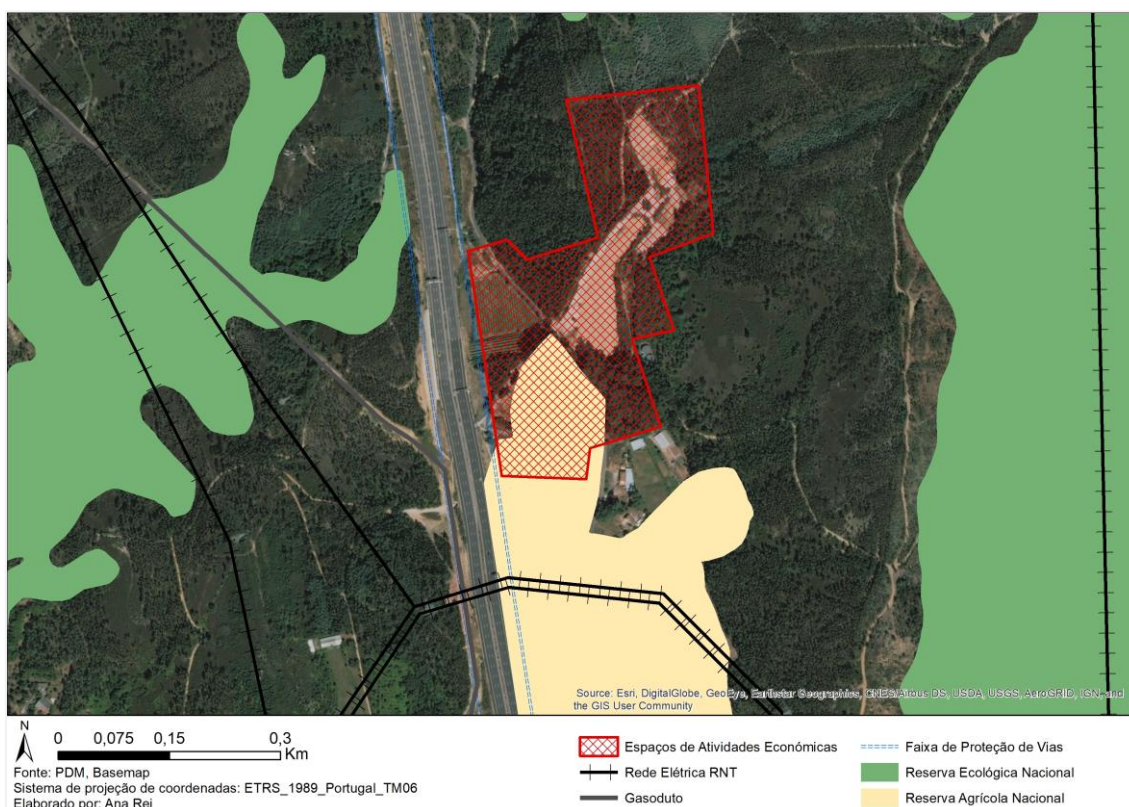


Figura 20 - Representação das condicionantes

Na envolvente ao local definido encontram-se diversas condicionantes definidas no PDM, com faixas de proteção das vias, rede elétrica, gasoduto, RAN e a REN, pelo que se examinou cada uma delas de forma a não entrarem em conflito com a área delimitada para o novo EAE. A RAN é a única condicionante em conflito, pelo que, para a construção do EAE Covelo-Medas, necessita-se de solicitar a exclusão de uma parte da RAN para se poder edificar as estruturas necessárias ao funcionamento do parque empresarial.

Descrição	Distância (km)
Estrada da rede principal	0,7
Terminal ferroviário de carga	29,7
Nós de autoestrada	0,9
Porto marítimo	29,7
Aeroporto com terminal de carga	34

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11 - Acessibilidades a partir do EAE das Covelo-Medas

As boas acessibilidades, como já foi dito, são cruciais na implementação de novos EAE. Observando a tabela 11, que nos mostra as distâncias entre o EAE Covelo-Medas e as principais infraestruturas, apercebemo-nos que as distâncias estão dentro dos parâmetros definidos por Ramos (2000).

Quanto às infraestruturas básicas, o novo EAE já possui algumas das valências consideradas fundamentais, designadamente rede de abastecimento de águas, rede de eletricidade e rede de comunicações, considerando-se também como valências relevantes a disponibilidade de estacionamento que pode ser criada, a proximidade a posto de combustíveis e a proximidade a caixa de multibanco. Apesar da rede de drenagem de águas residuais reunir todas as infraestruturas necessárias, esta ainda não está em funcionamento.

Foram elaboradas três propostas distintas de como implementar o EAE Covelo-Medas. Ponderando os declives do solo e os espaços residenciais, pretendeu-se facilitar e reduzir os custos de construção, pelo que estas apenas diferem na dimensão dos lotes, uma vez que as propostas elaboradas não têm um projeto definido, o que permite que a dimensão dos lotes possa ser modificada mediante a procura. Todas sugerem um edifício de apoio, que inclua serviços infraestruturais, serviços de apoio e de apoio à gestão, tais como: espaços de reunião e de conferências, receção, refeitório, posto de correios, escritórios, entre outros. Naturalmente este esforço traduz-se apenas num esboço, até porque apesar de ter havido um estudo prévio, nem sequer foram considerados alguns âmbitos (exemplo: estudo geológico).

Proposta nº 1		Proposta nº 2		Proposta nº 3	
Nº de Lotes	Área	Nº de Lotes	Área	Nº de Lotes	Área
1	30.000 m ²	1	30.000 m ²	1	30.000 m ²
1	10.000 m ²	5	4.000 m ²	2	4.000 m ²
5	4.000 m ²	5	3.000 m ²	5	3.000 m ²
5	3.000 m ²	2	2.000 m ²	8	2.000 m ²
2	2.000 m ²	8	1.000 m ²	8	1.000 m ²

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12 -Distribuição dos lotes no Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas

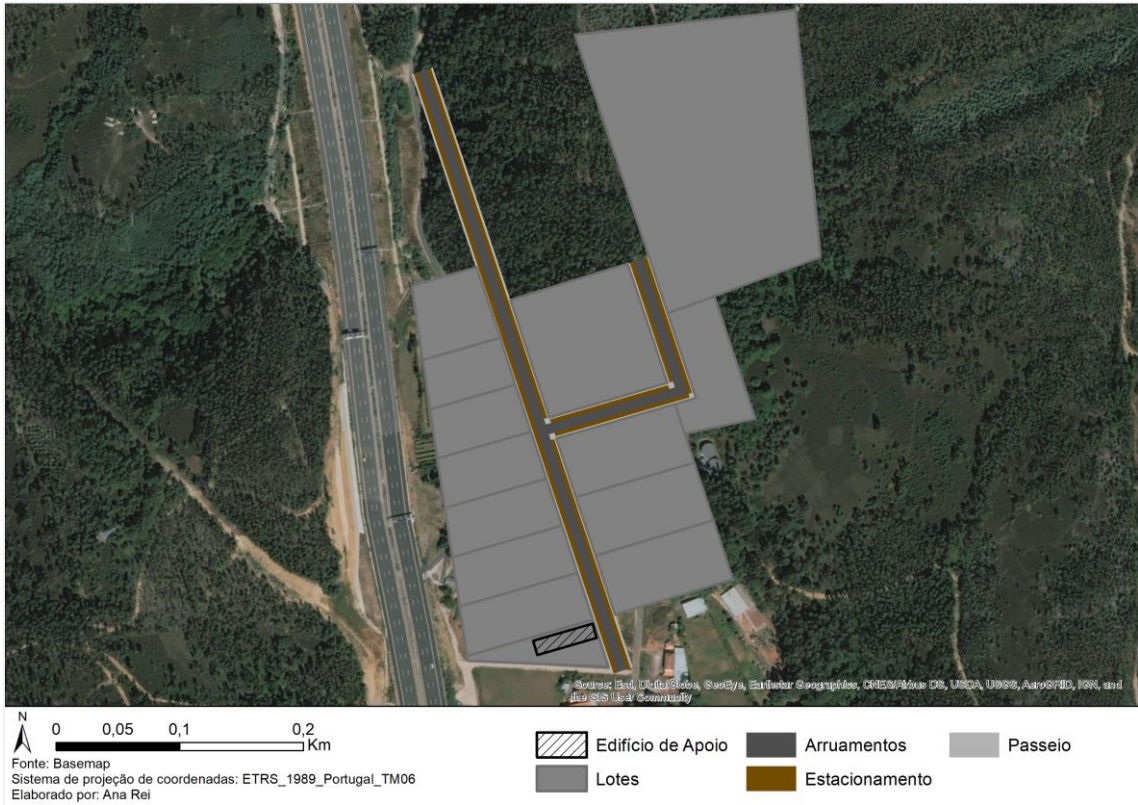


Figura 21 - Proposta N°1 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas

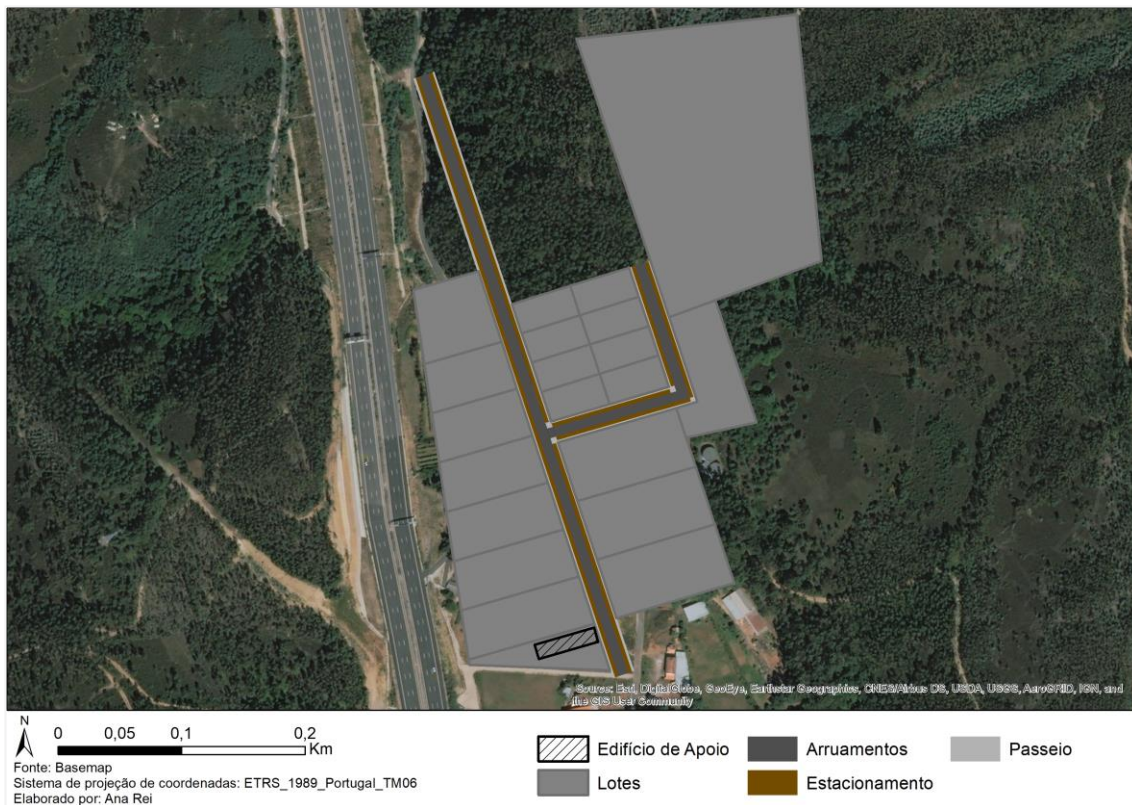


Figura 22 - Proposta N°2 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas

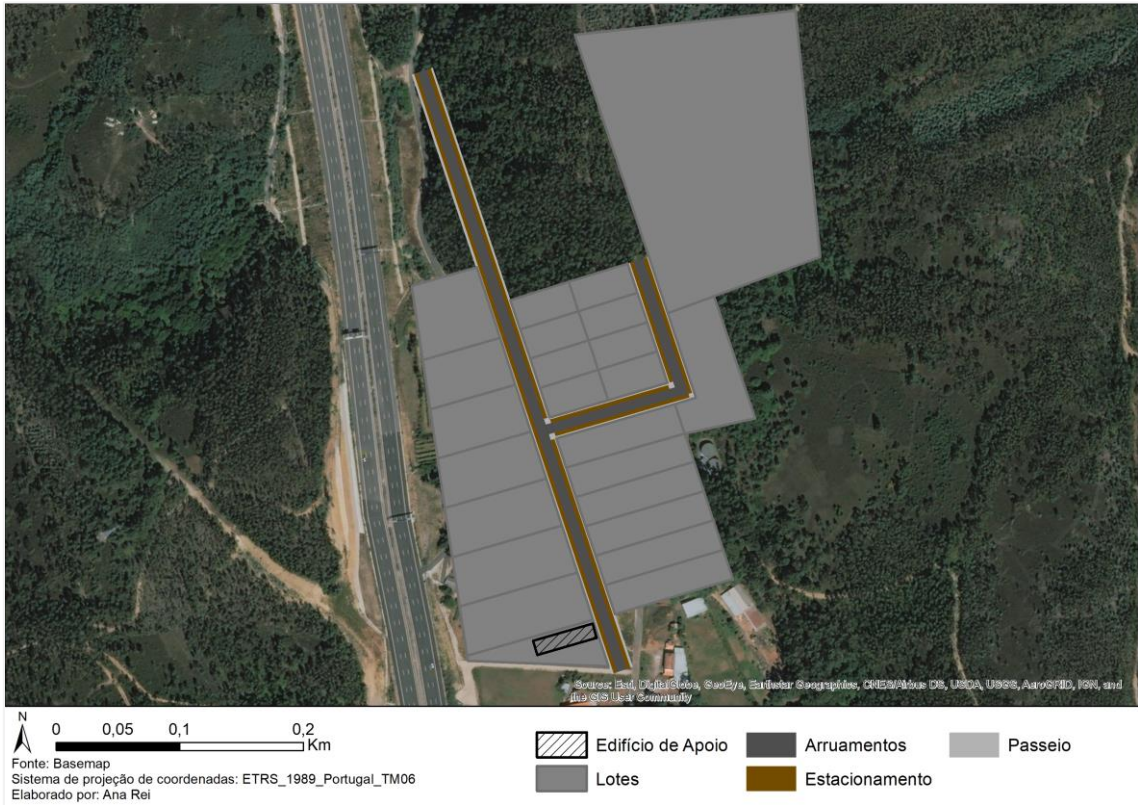


Figura 23 - Proposta N°3 do Espaço de Atividades Económicas de Covelo-Medas

Conclusão

O estágio na Divisão do Desenvolvimento Económico foi uma experiência compensadora, enriquecedora e deveras gratificante, visto que permitiu desenvolver capacidades quer a nível pessoal, profissional, como também adquirir conhecimentos que apenas são possíveis num ambiente de trabalho e interação com técnicos e decisores políticos.

O local de estágio foi apropriado devido ao facto de estar inserido no contexto da investigação, facilitando assim a perceção do funcionamento da relação com empresas.

O território em estudo, Gondomar, está dividido em duas unidades territoriais dissemelhantes, o que parece associado à influência exercida pelos territórios adjacentes: o Baixo Concelho, rodeado por territórios marcadamente urbanos, usufrui de condições favoráveis ao crescimento populacional e económico; o contrário acontece no Alto Concelho que, cercado por freguesias com características rurais acentuadas, se vê despovoado e é economicamente pouco dinâmico.

Realizou-se levantamento e caracterização sumária dos Espaços de Atividades Económicas do Município de Gondomar, verificando que estes se encontram envelhecidos, com condições precárias e não acompanham as exigências atuais. Partindo da necessidade de melhoria destes espaços, fazem-se quatro propostas tendentes à disponibilização de informação e criação de um novo espaço empresarial.

Referências Bibliográficas

Agostinho, R. (2008). *Os Parques de Ciência e Tecnologia enquanto instrumentos de desenvolvimento regional e local: o Caso do Taguspark*. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Câmara Municipal de Gondomar (<http://www.cm-gondomar.pt/>)

Carmona, R. (2008). *Procura da boa norma para a localização industrial, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas*. Universidade de Aveiro.

Castells, M. (2000). *A Sociedade em Rede* (8º ed., Vol. I). Tradução para português por Majer, R. V.

CCDR-N (2008). *Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010*.

Dias, M. (2011). *A Comunicação Online: A Página Web como o BIO Empresarial Estratégias de Comunicação Visual e Web design*, Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.

European Cluster Observatory, (2012). *Emerging Industries: report on the methodology for their classification and on the most active, significant and relevant new emerging industrial sectors (Versão 1.3)*. Luxemburgo.

Fernandes, J.; Trigal, L. & Sposito, E. (2016). *Dicionário da Geografia Aplicada*. Porto: Porto Editora.

Fonseca, F. (2013). *Um modelo baseado em agentes para simular políticas de ordenamento de áreas de acolhimento empresarial: o caso da rede do Quadrilátero Urbano*. Escola de Engenharia: Universidade do Minho.

Fernandes, R.; Gama, R. (2012). *Internet, World Wide Web e Infraestrutura Digital: Empresas e “Digitalidade” dos Territórios em Portugal*.

IEFP (2017). *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*

INE (2014). *Sistema de Contas Integradas das Empresas*.

INE (2015). *Anuário Estatístico da Região Norte, Instituto Nacional de Estatística, I.P.*

Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt>)

Jeremias, M. (2012). *A Política Pública de Promoção de Parques Industriais e o seu*

Contributo para o Desenvolvimento e o Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa.

Manning, S. (2013). *New Silicon Valleys or a new species?* Commoditization of knowledge work and the rise of knowledge services clusters in *Journal Research Policy*, 42, 379-390.

Moreira, M. (2014). *Fatores e Decisões de Localização das Atividades Económicas Estudo de caso: Empresas Alemãs no Território da Região do Norte.* Faculdade de Letras: Universidade do Porto

Oliveira, C. (2004). *O Concelho de Gondomar (Apontamentos Monográficos)*, Vol. IV, Porto: Imprensa Moderna, Lda.

Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Soares, M. (2014). *As possibilidades de articulação entre Inovação e Empreendedorismo e as economias nos Territórios de Baixa Densidade - O caso das Lameiras.* Faculdade de Economia: Universidade de Coimbra

Pereira, H.; Sarmiento, M. (2011). *Parques Industriais e Tecnológicos - Certificação dos parques empresariais para melhorar a gestão in Economia & Empresa*, 13, 145-166.

Plano Diretor Municipal de Gondomar (2015)

Pordata (<https://www.pordata.pt>)

TecParques (<http://www.tecparques.pt/>)

Ramos, G. (2003). *Empreendimentos de acolhimento empresarial: o caso de Castelo Branco in Gestin*, 2, 157-167.

Ramos, R. (2000). *Localização Industrial: um Modelo Espacial Para o Nordeste de Portugal (Monografia de Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Engenharia Civil).* Escola de Engenharia: Braga

Ramos, R.; Fonseca, F. (2010). *O ordenamento e a estruturação em rede das áreas de acolhimento empresarial do Ave a partir de uma análise multi-critério.* Departamento de Engenharia Civil. Universidade do Minho: Braga

Ramos, R.; Mendes, J. (2001). *Avaliação da aptidão do solo para localização industrial: O caso de Valença.* Departamento de Engenharia Civil: Universidade do Minho.

Weber, A. (1909). *Ueber den Standort der Industrien, Part.I: Reine Theorie des Standorts.* Tübingen (1ªEd.), (2ªEd. 1922). Tradução para inglês por Friedrich, C. (1ªEd.

1929, 2ªEd. 1957), Alfred Weber's Theory of Location of Industries. Chicago: University of Chicago Press.

Wonglimpiyarat, J. (2016). *Exploring strategic venture capital financing with Silicon Valley style in Journal Technological Forecasting & Social Change*, 102, 80-89

Woods, R.; Masthoff, J. (2017). *A comparison of car driving, public transport and cycling experiences in three European cities in Transportation Research Part A*, 103, 211-222

Legislação

Decreto-Lei n.º 133/73 - Diário do Governo n.º 74/1973, Série I de 1973-03-28

Decreto-Lei n.º 46/2001 - Diário da República n.º 35/2001, Série I-A de 2001-02-10

Decreto-Lei n.º 70/2003 - Diário da República n.º 85/2003, Série I-A de 2003-04-10

Decreto-Lei n.º 72/2009 - Diário da República n.º 63/2009, Série I de 2009-03-31

Decreto-Lei n.º 169/2012 - Diário da República n.º 148/2012, Série I de 2012-08-01

Decreto-Lei n.º 73/2015 - Diário da República n.º 90/2015, Série I de 2015-05-11

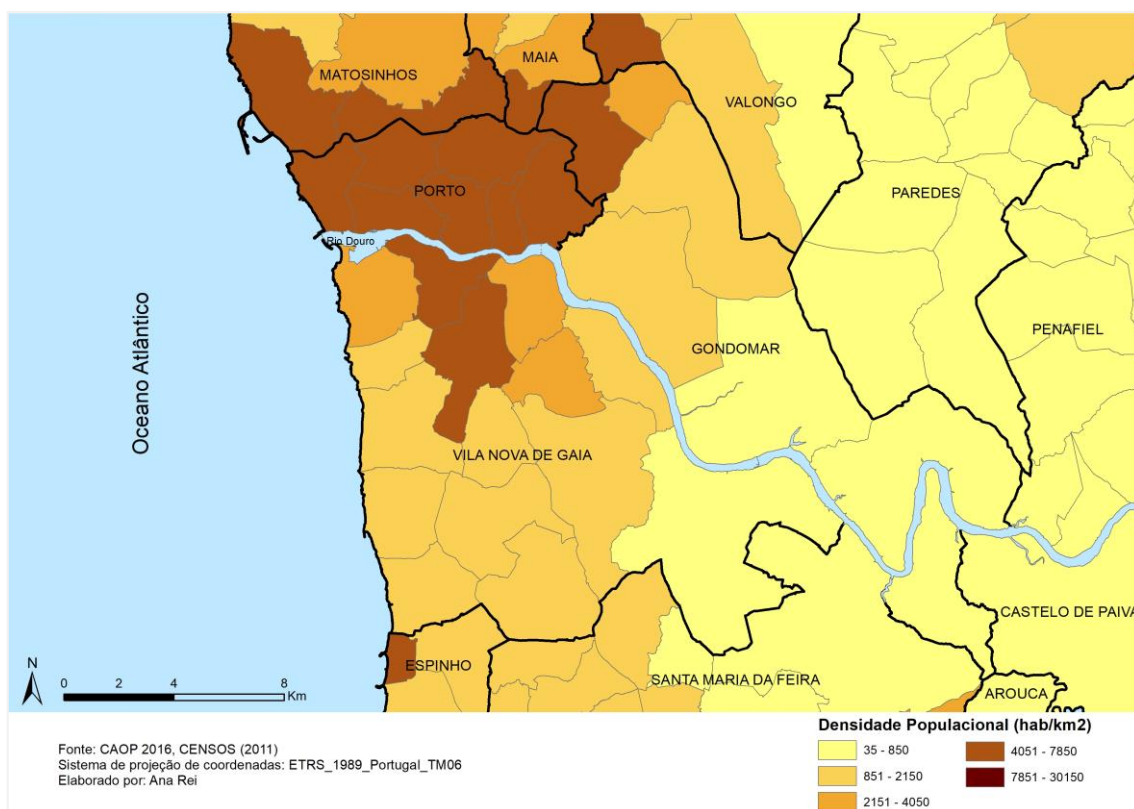
Decreto-Lei n.º 381/2007 - Diário da República n.º 219/2007, Série I de 2007-11-14

Decreto-Lei n.º 102/2008 - Diário da República n.º 118/2008, Série I de 2008-06-20

Lei n.º 3/72 - Diário do Governo n.º 125/1972, Série I de 1972-05-27

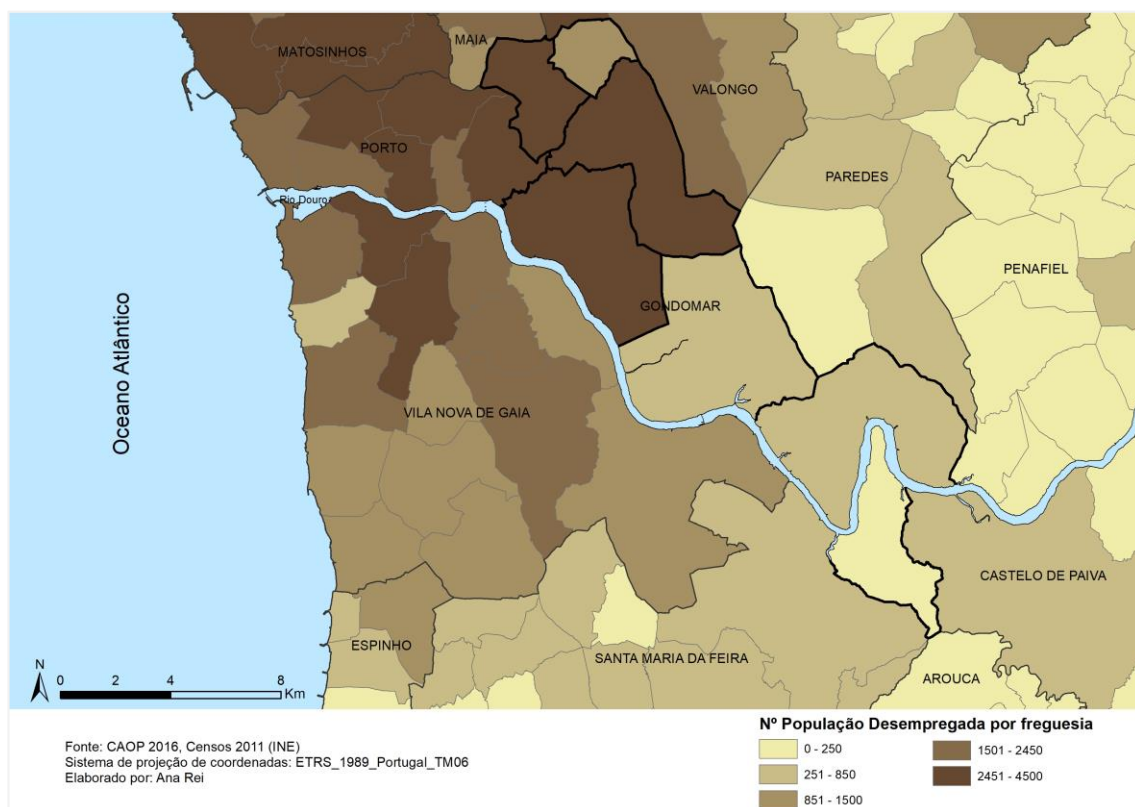
Anexos

Anexo 1



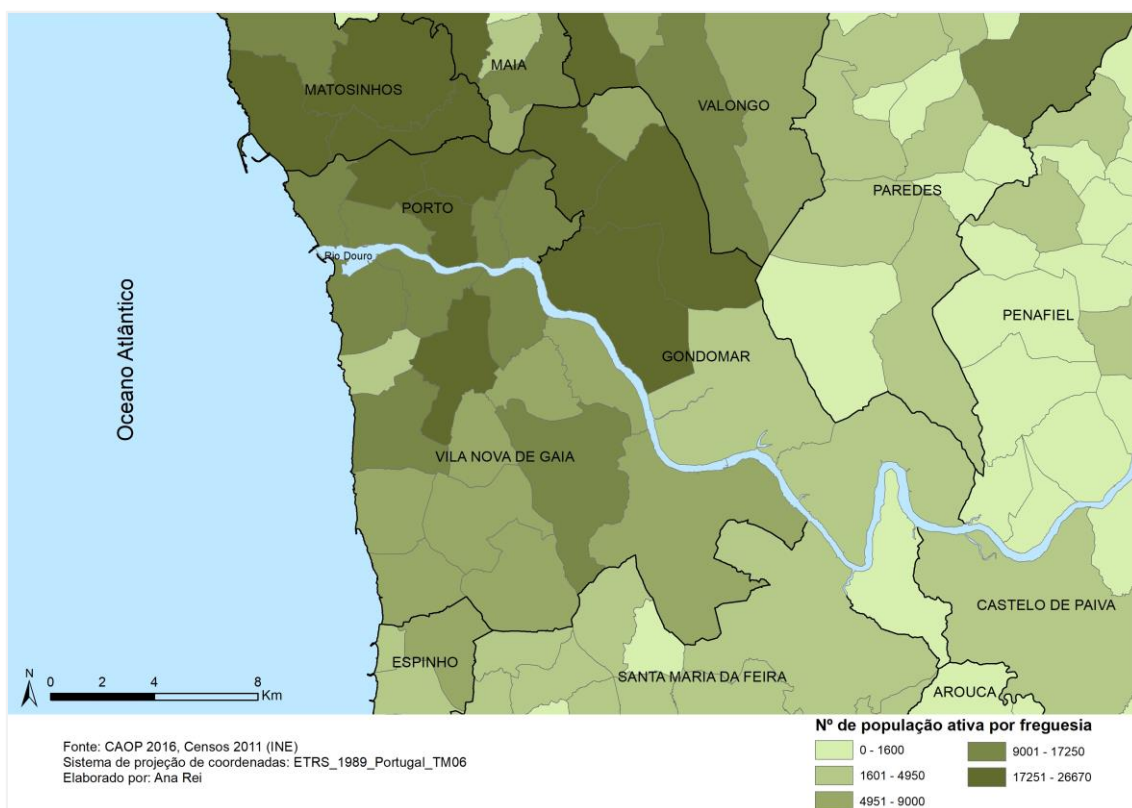
Anexo 1 - Densidade Populacional, em 2011

Anexo 2



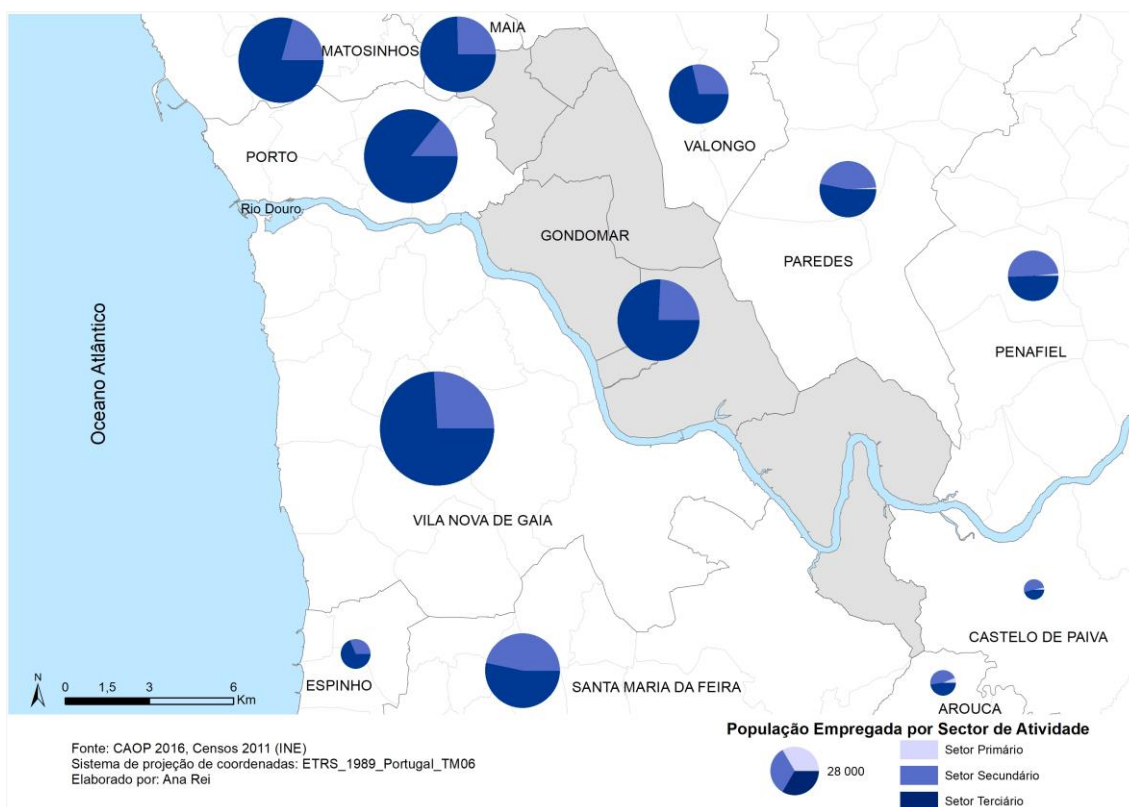
Anexo 2 - População desempregada por freguesia, em 2011

Anexo 3



Anexo 3 - População ativa por freguesia, em 2011

Anexo 4



Anexo 4 - População empregada por setor de atividade, em 2011

Anexo 5

		Empresas		Sociedades	Estabelecimentos		
		Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (milhões €)	Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas há 2 anos (%)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (milhões €)	
NUTS III - Área Metropolitana do Porto	Área Metropolitana do Porto	Valores	597 784	53 815	53,6	617 657	55 168
	Arouca	Valores	6 689	413	59,7	6 723	377
		Peso na NUTS (%)	1,1	0,8	-	1,1	0,7
	Espinho	Valores	7 756	370	52,5	7 606	428
		Peso na NUTS (%)	1,3	0,7	-	1,2	0,8
	Gondomar	Valores	30 911	2 172	49,5	32 618	2 368
		Peso na NUTS (%)	5,2	4,0	-	5,3	4,3
	Maia	Valores	58 062	6 412	52,8	63 572	6 831
		Peso na NUTS (%)	9,7	11,9	-	10,3	12,4
	Matosinhos	Valores	83 770	9 775	52,8	68 855	9 986
		Peso na NUTS (%)	14,0	18,2	-	11,1	18,1
	Paredes	Valores	22 308	1 270	60,6	23 770	1 407
		Peso na NUTS (%)	3,7	2,4	-	3,8	2,6
	Porto	Valores	115 571	11 700	53,7	123 056	9 923
Peso na NUTS (%)		19,3	21,7	-	19,9	18,0	
Santa Maria da Feira	Valores	45 038	3 516	55,7	46 062	3 708	
	Peso na NUTS (%)	7,5	6,5	-	7,5	6,7	
Valongo	Valores	23 347	1 391	50,8	24 454	1 532	
	Peso na NUTS (%)	3,9	2,6	-	4,0	2,8	
Vila Nova de Gaia	Valores	75 195	6 509	50,2	83 323	6 845	
	Peso na NUTS (%)	12,6	12,1	-	13,5	12,4	
NUTS III - Tâmega e Sousa	Tâmega e Sousa	Valores	131 234	7 062	61,1	132 828	7 509
	Castelo de Paiva	Valores	3 353	199	52,8	3 601	215
		Peso na NUTS (%)	2,6	2,8	-	2,7	2,9
	Penafiel	Valores	20 455	1 063	57,3	20 906	1 121
Peso na NUTS (%)		15,6	15,1	-	15,7	14,9	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Anexo 5 - Tabela das empresas, Sociedades e Estabelecimentos existentes, em 2014

Anexo 6

		Saldo da Balança Comercial	Exportação de bens		Importação de bens		
			Valores	Taxa de Variação 2015/2014 (%)	Valores	Taxa de Variação 2015/2014 (%)	
NUTS III - Área Metropolitana do Porto	Área Metropolitana do Porto	Valores	1 180 535	9 831 415	5,2	8 650 880	6,2
	Arouca	Valores	16 156	45 333	-2,3	29 177	63,6
		Peso na NUTS (%)	-	0,5	-	0,3	-
	Espinho	Valores	7 354	38 618	7,3	31 264	-3,1
		Peso na NUTS (%)	-	0,4	-	0,4	-
	Gondomar	Valores	5 047	271 577	20,6	266 530	23,0
		Peso na NUTS (%)	-	2,8	-	3,1	-
	Maia	Valores	151 413	1 391 867	3,7	1 240 454	4,4
		Peso na NUTS (%)	-	14,2	-	14,3	-
	Matosinhos	Valores	-683 097	789 464	1,2	1 472 561	-0,5
		Peso na NUTS (%)	-	8,0	-	17,0	-
	Paredes	Valores	153 554	296 641	11,6	143 087	13,0
		Peso na NUTS (%)	-	3,0	-	1,7	-
	Porto	Valores	-428 873	971 353	0,3	1 400 225	8,9
Peso na NUTS (%)		-	9,9	-	16,2	-	
Santa Maria da Feira	Valores	792 766	1 261 113	6,9	468 347	8,2	
	Peso na NUTS (%)	-	12,8	-	5,4	-	
Valongo	Valores	-83 033	170 077	-5,3	253 109	3,6	
	Peso na NUTS (%)	-	1,7	-	2,9	-	
Vila Nova de Gaia	Valores	154 998	1 359 861	5,5	1 204 863	8,9	
	Peso na NUTS (%)	-	13,8	-	13,9	-	
NUTS III - Tâmega e Sousa	Tâmega e Sousa	Valores	973 872	1 600 554	-0,4	626 682	2,0
	Castelo de Paiva	Valores	10 962	26 144	-2,7	15 182	-18,7
		Peso na NUTS (%)	-	1,6	-	2,4	-
	Penafiel	Valores	47 700	150 332	4,6	102 633	5,6
Peso na NUTS (%)		-	9,4	-	16,4	-	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Anexo 6 - Tabela do Comércio Internacional (Dados definitivos de 2013 e preliminares de 2014)

Anexo 7

	PIB per capita (%)						
	1993	2000	2002	2007	2009	2011	2013
Portugal	100	100	100	100	100	100	100
Região Norte	81,7	86	85,6	86,2	87,6	89,2	92
AMP	-	-	-	103,6	104,6	103,5	105,1
Gondomar	84,4	80,6	92,6	83,8	81,7	80,4	82,8
Maia	109	115,7	118,2	115,2	119,1	112,3	111,1
Valongo	78,4	98,8	98,7	83,1	86,8	86,5	89
Paredes	45,3	50,7	56,5	66,3	69,3	74,6	76,8
Penafiel	40,4	56,1	55,8	67,9	69	69,6	75,7
Castelo de Paiva	36,5	51,6	52,9	54,3	55,6	58,9	63,6
Arouca	38,9	51,5	50,3	57,1	57,2	65,2	70,1
Santa Maria da Feira	61	73,1	79	79,4	76,9	82,6	84,7
Vila Nova de Gaia	103,5	101,9	107,9	100,4	101	99,1	99,3
Porto	226,9	238,8	176,6	170,5	178,8	161,7	169,9

Fonte: Pordata
Anexo 7 - Tabela do PIB em 2013

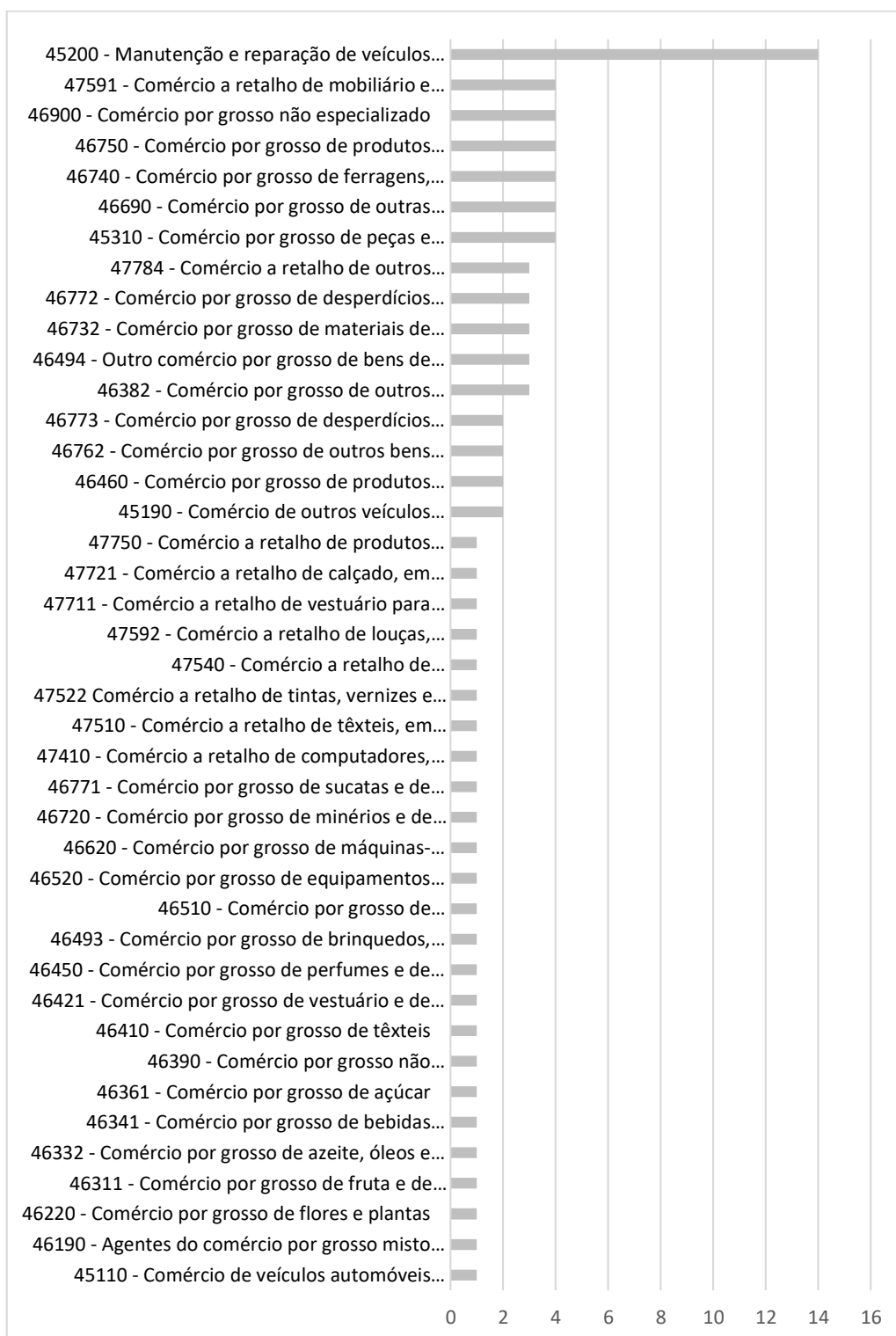
Anexo 8



Fonte: Elaboração própria

Anexo 8 - Subclasses mais representadas na Indústria Transformadora

Anexo 9



Fonte: Elaboração própria

Anexo 9 - Subclasses mais representadas no Comércio por Grosso e a Retalho